

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE GRADUAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

KETLIN QUINHONES WONS

**DE ESTAÇÃO DE VERANEIO À PATRIMÔNIO HISTÓRICO:
O PROCESSO DE TOMBAMENTO DOS BENS IMÓVEIS DE CANOAS/RS**

SÃO LEOPOLDO

2018

KETLIN QUINHONES WONS

DE ESTAÇÃO DE VERANEIO À PATRIMÔNIO HISTÓRICO:
O PROCESSO DE TOMBAMENTO DOS BENS IMÓVEIS DE CANOAS/RS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do título
Graduação em Licenciatura, pelo Curso de
História da Universidade do Vale do Rio dos
Sinos – UNISINOS

Orientador: Prof. Dr. Jairo Henrique Rogge

SÃO LEOPOLDO

2018

Salete, Karoline e Heron Marcelo: agradeço o apoio, os incentivos e a preocupação dedicados durante toda a graduação. Vocês foram muito importantes para que essa monografia fosse concluída.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela vida, saúde e pelas pessoas especiais que colocou no meu caminho.

A minha memória guarda até hoje a lembrança da minha mãe lendo para nós. Quando ela chegava do trabalho a primeira coisa que fazia era revisar os nossos cadernos, sempre falava sobre o quanto era importante estudar e que sonhava com o nosso futuro. Quando eu estava em dúvida se fazia História ou Contabilidade, minha mãe aconselhou-me a escolher não apenas pelo retorno financeiro, mas pela satisfação e interesse. Desde o ensino médio eu falava que queria ser professora, hoje só tenho que agradecer aos conselhos, dedicação, esforço, amor e incentivos da minha mãe.

A minha irmã, minha amiga e companheira, obrigada pela preocupação, por todas as palavras de incentivos, por ser essa pessoa tão doce e querida. Ao meu irmão, obrigada por me presentear com os sobrinhos mais lindos e amáveis, que em meio ao cansaço da graduação tinha abraço dos meus pequeninos para avaliar o estresse e aflição.

Ao meu amado noivo, parceiro, companheiro há dez anos, como eu poderia recompensar todo o apoio, suporte e auxílio durante toda essa graduação, minha eterna gratidão por tudo que você tem feito por nós.

Ao meu orientador e coordenador do curso de história Jairo Henrique Rogge, agradeço imensamente por todo o suporte durante toda a graduação e principalmente nesta monografia. Faltam palavras para agradecer o apoio, dedicação, parceria, incentivos.

Agradeço aos excelentes professores que tive durante toda a graduação, pelo suporte teórico e pedagógico.

Aos meus colegas e amigos, Aloisio Schuart Menezes, Juliana Tusset Menezes e Rogério Carvalho, que acompanharam a minha trajetória acadêmica. Juntos vencemos os medos e nos divertimos em meio a muitos trabalhos e provas. Obrigada pela parceria e apoio.

Agradeço a Ivone Frare, o acolhimento no Museu Municipal Hugo Simões Lagranha, para realizar estágio de Patrimônio Cultural e por permitir a pesquisa desta monografia no Arquivo Público Municipal de Canoas Dr. Sezefredo Azambuja Vieira. A Airan Militisky Aguiar, Luis Gustavo Araújo e Flávia Lopes agradeço a recepção e companhia no Arquivo e Museu nos dias de pesquisa e de estágio.

Agradeço as servidoras Mari Regina de Araújo Seberino, Sibele Foiato Hein Machado e Vera Lucia Stahlhfer, da Biblioteca Pública Municipal João Palma da Silva, pelo auxílio na busca dos livros e jornais, sempre tão atenciosas e alegres.

“No final, nossa sociedade será definida, não somente pelo que criamos, mas pelo que nos recusamos a destruir”.

John C. Sawhill (1936-2000)

RESUMO

Em Canoas foram tombados oito imóveis pelo seu valor histórico e cultural. O presente trabalho tem como objetivo principal analisar o processo de tombamento dos imóveis, descrevendo o processo de patrimonialização desde as reivindicações de preservação até o tombamento. Para analisar e interpretar o complexo percurso que foi necessário para tombar e ter lugares de memória preservados foi utilizada uma metodologia descritiva, com pesquisa bibliográfica e consulta a jornais locais e documentos oficiais. Devido ao patrimônio material de Canoas ter sido associado como uma representação da história municipal nos processos de tombamento, foi necessária uma reconstrução histórico-cultural a fim de apresentar as áreas que foram tombadas pelo Patrimônio Histórico Municipal por sua importância histórica, cultural e memorial. Esta pesquisa está vinculada à uma linha de pesquisa em Patrimônio e Memória, propondo reflexão, discussão e valorização das políticas públicas voltadas para a promoção e conservação dos bens culturais representativos do patrimônio material de Canoas num contexto ampliado e com um olhar mais voltado para a comunidade e não apenas nas edificações do início do século XX na área nobre da cidade. A pesquisa sugere que o poder público municipal mantenha o interesse no tombamento, na atualização do Inventário dos Bens do Patrimônio Histórico e Cultural de Canoas de 1998 e em um novo levantamento das áreas possíveis de se tornarem patrimônio material tombado.

Palavras-chave: Canoas/RS. Patrimônio Material. Tombamento.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1– Mapa das terras de Vicente Ferrer da Silva Freira (1884).	16
Figura 2 – Família Wittrock, em frente de seu restaurante e hotel (c. 1910).	17
Figura 3 – Estação de Trem de Canoas (c. 1910).	20
Figura 4 – Vila Mimosa (à direita) e chalé alugado (à esquerda) (c. 1905).	21
Figura 5 – Mapa de Canoas em 1914. A localização da igreja está marcada pelo círculo vermelho.	22
Figura 6 – Igreja São Luiz Gonzaga (c. 1910).	23
Figura 7 – Comício da Comissão Pró-Melhoramentos (1933).	27
Figura 8 – Panfleto distribuído à população.	27
Figura 9 – Obras de alargamento da Av. Victor Barreto e construção da nova Estação Ferroviária (1934).	28
Figura 10 – Comemorações no Esporte Clube Brasil e Hotel Waldhof.	29
Figura 11 – Mapa de Canoas, com anexação de Santa Rita (1939).	30
Figura 12 – Prédio da Prefeitura (1954).	31
Figura 13 – Manchete do Jornal Folha da Tarde, de 09/10/1944, indicando a mudança de foco da cidade.	32
Figura 14 – Enchente em Canoas (1967).	34
Figura 15 – Canoas: 106 Anos de Povoamento Urbano.	38
Figura 16 – Casa das Artes Villa Mimosa (2017).	43
Figura 17 – Parque Casa dos Rosa (2018).	46
Figura 18 – Manchete do Jornal “O Timoneiro”, informando sobre a criação do complexo cultural na Casa dos Rosa.	48
Figura 19– Villa Nenê, em vista frontal (à esquerda) e lateral (à direita) (2018).	50
Figura 20 – Casa dos Wittrock (2018).	53
Figura 21 – Folder da Escola de Música e Museu Wittrock.	55
Figura 22 – Antiga Estação de Trem em Canoas (2018).	56
Figura 23 – Prefeitura Municipal de Canoas (2018).	58
Figura 24 – Reportagem sobre a construção do Prédio da Prefeitura.	59
Figura 25 – Igreja Matriz São Luiz Gonzaga (2017)	60
Figura 26 – Villa Joana (2018)	62
Figura 27 – Pestalozzi organiza um encontro mundial de ensino	63

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 A FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CANOAS	12
2.1 O processo de ocupação e colonização	12
2.2 O processo de povoamento urbano	18
2.3 O processo de emancipação e industrialização	26
2.4 O processo de patrimonialização municipal	36
3 O PROCESSO DE TOMBAMENTO DOS BENS IMÓVEIS DE CANOAS	43
3.1 Villa Mimosa	43
3.2 Casa dos Rosa	46
3.3 Villa Nenê	50
3.4 Casa dos Wittrock	53
3.5 Antiga Estação de Trem	55
3.6 Prédio da Prefeitura	57
3.7 Igreja São Luiz Gonzaga	60
3.8 Villa Joana	61
4 A FORMAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE CANOAS	65
4.1 O patrimônio material de Canoas como representação da história municipal	65
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	78

1 INTRODUÇÃO

A paisagem natural de Canoas do século XIX era de uma beleza encantadora que atraía famílias da capital e do Vale dos Sinos para passear ou veraneiar utilizando os trens de passeios aos finais de semana. No final do século XIX, a construção da ferrovia de Porto Alegre a São Leopoldo impulsionou o povoamento e desenvolvimento urbano da cidade. O povoamento inicial em Canoas pautou-se em vendas de grandes extensões de terras para chácaras de lazer ou moradia. As vendas de terras não foram todas no mesmo período, pois cada região que hoje chamamos de bairros foram loteadas e vendidas em períodos distintos. Inicialmente isso foi feito pelos descendentes de Francisco Pinto Bandeira e, mais tarde, por várias empresas imobiliárias, em locais e em períodos diferentes.

Canoas deixou de ter seus campos e capões, marcas de um tempo de veraneio e local de descanso, para se transformar em uma cidade urbana, coberta por edificações e reconhecida por sua importância industrial e econômica. A cidade de Canoas cresceu de forma vertiginosa, desorganizada e sem preocupação com a ocupação do solo; a venda de terrenos em regiões alagadiças ocasionou sérios problemas e as enchentes periódicas deixavam a cidade embaixo d'água, exigindo do poder público uma solução para as questões urbanísticas, sanitárias e de infraestrutura. A população, organizada em associações, exigia do município saneamento, água, luz, asfalto e o fim das enchentes. A construção dos diques de proteção melhorou a situação das regiões alagadiças, mas as obras de saneamento e infraestrutura foram feitas somente ao longo das décadas de 1960 em diante. Com o crescimento urbano e industrial, ocorreram demolições das antigas casas de veraneio e residências em prol do “progresso” e da “modernidade”, surgindo no final dos anos 1980 nos jornais locais e nos debates sobre o plano diretor urbano a preocupação com o patrimônio material.

Esta monografia tem como tema o patrimônio material de Canoas como representação de parte da história municipal. Para compreender o contexto patrimonial atual do município, realizou-se uma reconstrução histórico-cultural a fim de apresentar as áreas que foram tombadas pelo Patrimônio Histórico Municipal por sua importância histórica, cultural e memorial.

Altamente urbanizada, Canoas hoje se destaca por seus aspectos econômicos e não por seus atrativos culturais. O patrimônio cultural é um tema recente, pouco explorado e difundido, desconhecido da maioria dos canoenses. Diante do contexto apresentado, algumas questões nortearam esta pesquisa: porque um imóvel é tombado, como foi realizado o

processo de tombamento pelo município de Canoas, porque esses locais se tornaram patrimônio histórico e como esses imóveis tombados estão sendo utilizados.

A pesquisa tem como objetivo apresentar a relação dos imóveis que o poder público municipal considerou patrimônio histórico e registrou em seu livro tomo, descrevendo todo o processo que culminou no tombamento, desde o início dos debates e das reivindicações de proteção dos locais de memória à efetiva patrimonialização.

A abordagem metodológica foi descritiva, sendo os meios e os dados utilizados obtidos através da pesquisa bibliográfica e documental. O processo de tombamento dos bens imóveis do município de Canoas é recente, realizado entre os anos 2009 a 2014. Por isso, possui pouca publicação acadêmica sobre a temática e terá como um dos objetivos contribuir e acrescentar novos conhecimentos sobre a política patrimonial do município de Canoas.

A pesquisa sobre o patrimônio histórico foi realizada no Arquivo Público Municipal de Canoas Dr. Sezefredo Azambuja Vieira, coletando informações nos processos de tombamentos, processos judiciais, processos administrativos e documentos oficiais. A pesquisa bibliográfica, em livros e jornais, foi realizada na Biblioteca Pública Municipal João Palma da Silva, também em Canoas. A produção acadêmica sobre a história da cidade de Canoas, sua urbanização, desenvolvimento econômico e o patrimônio cultural foi localizada em monografias e em dissertações de mestrado; em relação aos projetos culturais implantados na cidade e o tombamento dos bens imóveis, os mesmos foram localizado em artigos acadêmicos. O estudo sobre o patrimônio histórico de Canoas consiste na coleta de dados qualitativos e quantitativos, buscando analisar e interpretar detalhadamente o complexo percurso que foi necessário para alcançar o objetivo de tombos os imóveis considerados de relevância histórica para o município. Dessa forma, foi possível abordar as questões relativas ao objetivo e fundamentar as respostas dos problemas da pesquisa.

O interesse de pesquisar sobre Canoas ocorreu durante a prática do estágio e da disciplina cursada de Patrimônio Cultural, ao questionar se o município em questão possuía algum patrimônio histórico tombado e, ao constatar que sim, as horas práticas de Patrimônio Cultural foram realizadas no Museu Municipal Hugo Simões Lagranha, com sede na Casa dos Rosa, imóvel esse também tombado, em Canoas.

A pesquisa sobre o patrimônio histórico de Canoas justifica-se tanto pela importância cultural da cidade, como pela necessidade de divulgar a luta e as reivindicações da comunidade canoense em ter seus lugares de memória preservados. Ao pesquisar nos jornais locais foi possível descrever o percurso difícil e demorado para tombos e preservar alguns imóveis e cuja história será apresentada nessa monografia. Realizar esse trabalho acadêmico

sobre o processo de tombamento de bens materiais do município irá contribuir nas pesquisas acadêmicas e preencher lacunas existentes na historiografia municipal.

Observa-se que a pesquisa é relevante ao correlacionar as informações que relatam sobre a história municipal, a ocupação urbana no centro da cidade e o desenvolvimento de políticas públicas de incentivo à cultura e à preservação do patrimônio histórico municipal. Nesse sentido, pesquisa-se tanto sobre a história municipal como a ocupação do centro da cidade, devido ao fato de que os imóveis que foram tombados estejam localizados no centro da cidade e seus proprietários terem sido pessoas que participaram ativamente da esfera política, do desenvolvimento econômico e da emancipação municipal.

Entre 2009 e 2014, apenas oito dos trinta imóveis que estão arrolados no Inventário dos Bens do Patrimônio Histórico e Cultural de Canoas, realizado em parceria com IPHAE, em 1998, foram tombados. A partir desse fato, a pesquisa propõe apresentar a importância de incentivar a preservação do patrimônio histórico, dos locais de memória e de referência para a comunidade, sugerindo que o poder público mantenha o interesse no tombamento de locais de referência e incentive a preservação e a promoção da cultural local. Acreditamos que essa pesquisa possa contribuir para que a ideia de patrimônio e lugares de memória não se restrinja apenas aos locais relacionados à elite, mas que também sejam considerados patrimônio aqueles lugares em que a memória da comunidade esteja presente, para que essa mesma comunidade possa se sentir incluída nessa história municipal.

Esta monografia está vinculada a uma linha de pesquisa relacionada a Patrimônio e Memória, propondo reflexão, discussão e valorização das políticas públicas voltadas para a promoção e conservação dos bens culturais representativos do patrimônio material de Canoas. O conceito de patrimônio material consiste numa estrutura significativa para compreender a dinâmica da cidade, fundamentando a capacidade que a sociedade teve em criar símbolos para fornecer suas referências culturais e históricas. O patrimônio material tornou-se objeto de valor para uma determinada comunidade, sendo um instrumento de construção de identidade e difusão da cultura e memória local. A relação entre patrimônio e memória se dá através da forma como a coletividade olha o seu passado e o transforma em referência para o presente e o futuro. Portanto, o patrimônio cultural é uma construção coletiva, seletiva, que envolve memória e esquecimentos.

Essa monografia está assim constituída:

No capítulo 2, “A Formação do Município de Canoas”, será apresentada uma reconstrução histórico-cultural desde a ocupação do território por Francisco Pinto Bandeira, a construção da ferrovia como fator que impulsionou a venda da Fazenda do Gravataí em uma

estação de veraneio, o desenvolvimento local como fator determinante para a emancipação e desenvolvimento industrial, e o processo que desencadeou a patrimonialização de oito imóveis tombados pelo Patrimônio Histórico Municipal.

No capítulo 3, “O Processo de Tombamento dos Bens Imóveis de Canoas”, será descrita a localização, parecer histórico, justificativa e qual o uso atual dos oito imóveis tombados.

No capítulo 4, “A Formação do Centro Histórico de Canoas”, relata que a partir do tombamento dos imóveis a cidade de Canoas tem o seu centro histórico protegido e preservado; buscou-se nesse capítulo analisar e discutir como o patrimônio material pode ser associado à história oficial através do tombamento e das publicações da história da cidade.

Nas Considerações Finais, sugere-se que o poder público municipal mantenha o interesse no tombamento, atualize o Inventário dos Bens do Patrimônio Histórico e Cultural de Canoas de 1998 e realize um novo levantamento das áreas possíveis de se tornarem patrimônio material tombado, reconhecendo que Canoas é uma cidade plural e diversificada e que os tombamentos não sejam apenas nas edificações que representam a elite, para que todos canoenses sejam integrados a história oficial municipal e promova educação patrimonial.

2 A FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CANOAS

Neste capítulo será descrita a história do município desde a ocupação e colonização por Francisco Pinto Bandeira, o processo de povoamento urbano iniciado com a venda dos lotes para uma estação de veraneio pelo Major Vicente e a venda de lotes pelos demais descendentes. Além disso, discorro sobre como a grande migração para o povoado do Capão das Canoas desenvolveu o local, impulsionou o comércio e a educação, culminando no processo emancipatório e industrial. Finalizo, apresentando o processo que desencadeou na patrimonialização de oito bens imóveis que foram tombados pelo município de Canoas.

2.1 O processo de ocupação e colonização

O homem se radica à terra pela propriedade e pela família. Funda o lar pela aquisição da gleba onde vai labutar e criar a riqueza para os dias da velhice: organiza a família para garantir o domínio futuro da propriedade e perpetuar o seu nome. (FORTES, 1998, p. 35)

Segundo Silva (1964), a decisão de conquistar e povoar o Rio Grande do Sul partiu do rei de Portugal, que desejava expandir e consolidar as fronteiras ao sul do Brasil. Entre os primeiros povoadores de Laguna, encontrava-se José Pinto Bandeira, natural de Valongo, Portugal, casado com Catarina de Brito, filha de Francisco de Brito Peixoto. Dessa união, nasceu em 1701, Francisco Pinto Bandeira, o povoador de Canoas.

Em 1725, Francisco Pinto Bandeira e outros soldados são enviados para residir no Rio Grande, com o intuito de montar guardas em pontos estratégicos, a fim de impedir o avanço dos castelhanos. Francisco Pinto Bandeira foi importante no processo de desbravamento, conquista e povoamento do Rio Grande do Sul; destacado tropeiro e condutor de tropas, responsável pela abertura de novos caminhos e estradas, sempre pronto para o cumprimento das ordens.

Segundo Spalding (1973), Francisco Pinto Bandeira fazia parte do corpo expedicionário de 1735, que construiu o Forte de Jesus-Maria-José. Em 1737, foi incorporado ao Regimento dos Dragões, como alferes, recusando tanto a nomeação de alferes como a de tenente, segundo a comunicação de André Ribeiro Coutinho. Em carta de Silva Pais ao Vice-Rei, Francisco Pinto Bandeira é reconhecido “era capaz de muito maior emprego e se distinguira muito entre todos os que ali serviam”.

Silva (1978) relata que grande parte da população de Laguna vem radicar-se nos Campos de Viamão, a sesmaria ocupada por Francisco Pinto Bandeira, chamada de Fazenda

do Gravataí, localizada na Colina do Abílio e na paragem Guaixim-Sapucaia nos campos de Viamão, integra o 1º distrito de Canoas.

Os Campos de Viamão abrangiam uma imensa área no nordeste do atual Rio Grande do Sul. Os tais campos correspondiam às terras situadas ao sul do rio Mampituba, tendo ao leste o oceano Atlântico e a oeste e a sul a baliza fluvial do Guaíba e da lagoa dos Patos. Para os paulistas e lagunistas que exploraram o Rio Grande a partir do “Caminho da Praia”, os campos eram todas as planícies despovoadas à margem esquerda do Rio de São Pedro. Nessa região estabeleceram os mais antigos povoadores do Continente, que inicialmente “povoaram” seus campos de animais, para só depois trazerem suas famílias. Posteriormente, com o desenvolvimento populacional, foi criada a freguesia de Viamão (1747), desmembrada de Laguna. A freguesia de Laguna deu origem, nas décadas seguintes, a diversas outras freguesias, como Triunfo (1756), Santo Antônio da Patrulha (1763) e Porto Alegre (1772), entre outras. (KÜHN, 2004, p.49)

Spalding (1973) aponta que em 1740, Francisco Pinto Bandeira requeria terras das quais era posseiro nos denominados Campos de Viamão, recebendo em definitivo; nas terras de sua propriedade nasceu a cidade de Canoas.

O general João Borges Fortes (1998), relata que Francisco Pinto Bandeira foi um dos primeiros estancieiros que se estabeleceu no Gravataí, seu nome figura como portador da correspondência trazida por João de Barros até Viamão, em 1734. E Silva (1978) informa que essa correspondência que Francisco Pinto Bandeira levou para Laguna, era sobre o cerco dos espanhóis na Colônia de Sacramento em 1734. Wiederspahn (1979) menciona que foi o tenente coronel Francisco Pinto Bandeira, que levou a portaria de 29 de maio de 1753 e o numerário para as despesas com a alimentação dos casais açorianos no distrito de Viamão. Portanto, Francisco Pinto Bandeira, era um homem de confiança e de grande importância.

No trabalho de ordem militar que exigia conhecimentos especializados e, sobretudo, seguros do terreno a percorrer, o nome de Francisco Pinto Bandeira se impunha, pois já de há muito habituado às lides campeiras, era conhecedor dos caminhos a percorrer, cujas estradas ele abrira ou retificara. Foi, assim, o ponteiro da marcha do exército e de tal forma se houve nesse encargo que a imposição dos galões de capitão foi efetivada. E mais: foi escolhido para comandante do Corpo de Aventureiros Paulistas um corpo que Cristovão Pereira organizara e trouxera para o Rio Grande. (SPALDING, 1973, p.228)

Segundo Silva (1978) Francisco Pinto Bandeira, casa-se com Clara Maria de Oliveira, em 1738, dessa união nasce Rafael Pinto Bandeira, o primeiro brasileiro que viria a conquistar o posto de oficial general do Exército, chefe das forças da fronteira e assumir o governo do Rio Grande do Sul em 1784. Spalding (1973) relata que Rafael nasceu na cidade de Rio

Grande e acompanhou com seu pai as lutas entre lusos e espanhóis e de perto a guerra guaraníca ou jesuítica. Dessa forma, Rafael se tornou quem foi graças ao conhecimento e experiências vivenciadas com o seu pai.

Em 1763, os espanhóis invadiram o Rio Grande do Sul, assenhoreando-se de todo o sul, isto é, de todo o território ao sul do Rio Jacuí, compreendidas as Missões. Também a Vila do Rio Grande de São Pedro cairia em seu poder. Com essa atitude violenta, nova guerra ensanguentaria as terras do Rio Grande do Sul até 1777, quando um novo tratado entre as coroas hispânicas – o de Santo Ildefonso – poria fim às lutas. E foi durante esta nova guerra que seu filho Rafael iniciou, deveras, suas atividades, transformando-se no *Fronteiro-mor* do Rio Grande, após a destruição do Forte de Santa Tecla, construído pelos espanhóis [...]. (SPALDING, 1973, p.229)

Segundo Fortes (1998), foi após a Guerra Guaraníca que Francisco Pinto Bandeira aparece como tenente, sendo incumbido de organizar um posto fortificado em Rio Pardo. Em 1754, foi ferido no braço por uma flecha em um ataque indígena ao forte. Em agosto do mesmo ano, foi promovido a Capitão. Até o final da campanha seu nome vem repetidas vezes citado no Diário do Capitão Jacinto Rodrigues da Cunha e na correspondência de Luiz Manuel da Silva Paes com o governo do Rio de Janeiro em 1783:

Eu me acho ocupado na divisão da Estância das Tratadas e Tesoureiro, que é onde achei o Capitão Francisco Pinto Bandeira, que é só o que nestas partes tem obrado com zelo e atividade, e fico distante do Rio Grande quatro léguas, pois é onde achei este acampamento: e tenho uma guarda em Capororoca, distante daqui uma légua, e os castelhanos a tem aqui a légua e meia, nas casas do Tesoureiro, que tanto se tinham avançado, e estariam em Tramandaí se o Capitão Francisco Pinto Bandeira os não impedira, e a ordem de parte a parte para se não comunicarem, pois assim o requereu o General D. Pedro Ceballos, e me seguram este marchará para a Colônia a 21 deste. (FORTES, 1998, p.70)

De acordo com Spalding (1969), Rafael Pinto Bandeira viajou e combateu por toda a parte e tornou-se famoso por suas guerrilhas e surpresas. Tal fama incomodava José Marcelino de Figueiredo, governador da capitania de São Pedro, que passou a reunir denúncias e até imputou-lhe o delito de ter escondido dinheiro público e, o denunciou. A denúncia seguiu seu ritmo; depois de prolongado inquérito, Rafael Pinto Bandeira foi preso e enviado para Lisboa. Entretanto, até mesmo em Portugal a fama do guerreiro Rafael Pinto Bandeira era grande e sua prisão se transformou num passeio para sua glória, retornando em 1780, e o processo foi arquivado.

A 31 de maio de 1780 assumia o governo do Rio Grande do Sul o Brigadeiro Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara; o Vice-Rei do Brasil, D. Luis de Vasconcelos, em ofício de 21 de janeiro de 1783, ordenara que Veiga Cabral da Câmara que deveria estar constantemente ausente por ser, também, Comissário da Partida Portuguesa da Demarcação de Limites, fosse substituído sempre, nos impedimentos, por Rafael Pinto Bandeira e igualmente ordenou a Cabral que mandasse para o Rio de Janeiro, imediatamente, o bravo fronteiro “por haver absoluta necessidade de ser ouvida a sua opinião em assuntos de alta importância para o Rio Grande”. [...] assumia a governança, tendo sua posse real a 25 de janeiro de 1784, onze anos manteve-se na governança de São Pedro do Rio Grande do Sul, isto é: até 9 de abril de 1795, quando doente, na cidade do Rio Grande, que também fora seu berço, entregava a alma ao Criador, enlutando o Continente [...]. (SPALDING, 1969, p.244)

Rafael Pinto Bandeira casa-se com Josefa Eulália de Azevedo, conhecida como Brigadeira (posto do marido), mais tarde, seu apelido tornou nome do arroio que faz divisa entre os municípios de Canoas e Cachoeirinha. Dessa união, nasceu em 1792, Rafaela Pinto Bandeira.

Em 1812, Rafaela Pinto Bandeira casou-se com o coronel baiano Vicente Ferrer da Silva Feire. Dessa união, geraram sete filhos, sendo que apenas Maria Josefa, Maria Sofia, Maria Luísa e Vicente deixaram descendência. Em 1836, o coronel Vivente e seu filho Diogo foram assassinados pelos farroupilhas. A divisão da propriedade e venda para terceiros começou após o falecimento de Rafaela Pinto Bandeira em 1882.

As terras de Francisco Pinto Bandeira pertenceram a seus descendentes até as últimas décadas do século XIX, quando seus bisnetos major Vicente Ferrer da Silva Feire loteou as suas terras próximas à Estação da ferrovia que ligava Porto Alegre a São Leopoldo e Maria Luisa Ferreira criou o primeiro loteamento em 1895, nos altos da atual Rua Santos Ferreira. Eram dois núcleos de urbanização, mas foi em torno da Estação da estrada de ferro que se construíram casas de veraneio, residências, lojas, oficinas, pequenas indústrias e uma grande instituição escolar, o Instituto São José (1907). Criou-se assim, identidade com o lugar, possibilitando a organização dos grupos, cujas as lideranças passam a atuar pelo desenvolvimento do povoado. (GRAEBIN, GRAEFF, GRACIANO, 2014, p. 2)

O fracionamento da propriedade entre os herdeiros ocorreu com a construção da estrada de ferro. O primeiro herdeiro que vendeu alguns lotes foi o major Vicente Ferrer da Silva Freire, que tinha o interesse de transformar o local próximo da linha férrea em uma estação de veraneio para famílias da alta sociedade da Capital. Segundo Silva (1964) os interessados na verdade foram capitalistas e investidores em hotéis.

Figura 2 – Família Wittrock, em frente de seu restaurante e hotel (c. 1910).



Fonte: Arquivo Público Municipal de Canoas Dr. Sezefredo Azambuja Vieira

É importante ressaltar que, antes da construção da ferrovia, que foi um elemento fundamental para a expansão da região e da qual trataremos mais abaixo, a área era habitada por um grande número de indivíduos, entre familiares, agregados, escravos, ex-escravos, capatazes e empregados. De acordo com Silva (1964, p. 109) “A maioria dos veranistas daqueles primeiros dez anos eram os próprios parentes do Maj. Vicente, e quase todos abandonaram Canoas, a partir de 1885, passando suas chácaras a outros compradores”. Uma das hipóteses levantadas por Silva (1964) para a venda das terras foram as divergências em relação à divisão das terras entre o major Vicente e sua irmã Maria Luísa e as estradas que cortavam a propriedade. O próprio major Vicente fechou uma estrada pública em 1884, resultando em abaixo-assinados dos moradores e interessados na circulação da via, sendo que a Câmara Municipal de Gravataí se posicionou a favor dos reclamantes, obrigando o major Vicente a reabrir a estrada.

Segundo Silva (1964 p.112) “[...] o despacho do Govêrno, apoiando o parecer da Câmara Municipal de Gravataí, o abalou profundamente. E só assim é possível compreender a sua extremada reação, pois decidiu vender suas terras e recolher-se para o seu lar, em Pôrto Alegre”. A propriedade do major Vicente foi adquirida por Guilherme Schell, que era casado com Rafaela Eulália Freire Barcelos, filha de Maria Josefa e Israel Rodrigues Barcelos. A primeira venda de Schell foi uma grande extensão de terras que corresponde aos atuais bairros Matias Velho, São Luís, São José e Igara para Saturnino Matias Velho; o restante da propriedade Schell passou a vender aos demais interessados. A intensificação nas vendas

ocorreu após o falecimento de Guilherme Schell em 1892, quando a viúva e o seu filho Israel Barcelos Schell tornaram-se seus sucessores.

A abertura de novas ruas, a leste e a oeste da via férrea, a ereção da capela, juntamente com a campanha desenvolvida por Olavo Ferreira e sua prima D. Rafaela, continuavam a atrair novos povoadores.

Chácaras, colônias e fazendas prosperavam pôr toda a área da antiga Fazenda do Gravataí, pois também as terras de outros herdeiros já vinham sendo retalhadas e povoadas.

Em verdade foi o continuado retalhamento entre os herdeiros daquela Fazenda, que veio a determinar o crescimento desordenado e espalhado que a cidade apresenta nos dias de hoje, dificultando sobretudo a administração municipal. (SILVA, 1964, p. 121)

Contudo, se faz necessário pensar quem eram os veranistas que adquiriam chácaras em Canoas e que motivaram essa migração populacional e como foi o processo de ocupação urbana.

2.2 O processo de povoamento urbano

Nas palavras do prefeito Oswaldo Guindani, na introdução do livro de João Palma da Silva (1978), o mesmo relata um povoado que permanece na memória dos canoenses. Uma Canoas que pela sua beleza natural atraía a burguesia porto-alegrense para momentos de descanso e lazer, facilitado pelo transporte ferroviário e a proximidade com a Capital.

Aos poucos, a paisagem agreste, os campos, as coxilhas, são cortados pela estrada de ferro; é construída uma estação para o abrigo de passageiros e, um pouco aqui, ou pouco ali, povoa-se a terra. O Capão das Canoas, aos poucos, cria vida. Famílias lançam suas raízes neste chão. (SILVA, 1978, p.5)

Pfeil (1992) relata que Canoas era uma opção de veraneio porque ainda não se tinha descoberto as praias do litoral norte:

Escolheram Canoas como estação de veraneio. Isto se explica facilmente: por volta de 1875 aqui existiam bosques belíssimos e Wittrock, cuja propriedade se situava nas proximidades da estação velha [...] arrumou o seu sítio de acordo com o gosto dos alemães, construindo “Wanderwege” (ruelas para passear a pé) [...]. Já em janeiro de 1878 as sociedades alemães da capital alugavam trens especiais para Canoas, a fim de passar o fim de semana no “Gartenrestaurant Hotel” (restaurante ajardinado ao ar livre e hotel) de Wittrock. (PFEIL, 1992, p.30)

De acordo com Joana Schossler (2010) “a ida ao campo e as próprias viagens deram origem a vilegiatura, prática que, na Europa, dividia-se entre estação mundana (inverno e primavera) e a vilegiatura (verão e parte do outono)”. A vilegiatura (temporada que se passa fora da zona de habitação habitual) era uma prática adotada pela aristocracia e burguesia em toda a Europa, inclusive no Brasil com a chegada da família real, quando novos hábitos foram incorporados ao meio social brasileiro.

Desta forma, a sociabilidade estava formada em meio às práticas terapêuticas. Viajava-se para as termas ou criavam-se moradias confortáveis em torno das águas, a fim de frequentar com assiduidade a estância termal ou lugares com natureza privilegiada, que engrandeciam o status social ao reunir os que se distinguiam socialmente. Esta prática social acabou por tornar as estações de cura um lugar de sociabilidade, onde aconteciam jantares, bailes, jogos e passeios, atividades que imiscuíam ao imperativo de cura. (SCHOSSLER, 2010, p.36)

Tal qual ocorria na Europa e no Brasil, não foi diferente com Canoas. O major Vicente Ferrer da Silva Feire, atento para os desdobramentos da modernidade, ao saber que a linha férrea que ligaria São Leopoldo a Porto Alegre iria cortar as suas terras, solicitou uma parada de trem em sua propriedade para assim poder transformar o local em uma estação de veraneio.

Entre o final do século XIX e início do século XX, a estação ferroviária de Canoas (Figura 3) era a opção de deslocamento das famílias que viam a passeio aos finais de semana. Através do depoimento de Hélio Rosa Filho, observa-se como a sua família se deslocava até Canoas e, além disso, relata como a família foi adquirindo terras:

Meus avós tem uma propriedade aqui ao lado dos Irmãos Lassalistas, desde 1893, que é uma chácara muito antiga, do meu avô Antônio Rosa. Quando era pequeno, vinha muito seguido aqui em Canoas, na chácara. (...) Era maravilhosa. Não tinha nada na frente. Só era bem em frente à estação. Nós vínhamos de trem, parávamos ali. Na nossa chácara tinha as carruagens de antigamente, não tinha automóvel. Meu avô começou a trabalhar em Santo Antônio da Patrulha. Depois ele se mudou para Porto Alegre, lá perto da Conceição, onde adquiriu muitas propriedades e também tinha, além de vender madeiras, materiais de tudo, uma frota de embarcações de navios, que percorriam o Taquari e o Caí, transportando produtos. Ele foi adquirindo as propriedades aqui em Canoas aos poucos. Primeiro ele comprou essa chácara, depois foi comprando diversas propriedades aqui na Estância Velha. Onde é o hospital, era do meu avô. (PENNA, 1996, p.35)

Figura 3 – Estação de Trem de Canoas (c. 1910).



Fonte: Arquivo Público Municipal de Canoas Dr. Sezefredo Azambuja Vieira

A família Rosa, naquele tempo, adquiriu mais de 500 hectares só em Canoas. O hospital a que Hélio Rosa Filho se refere acima, é o Hospital Nossa Senhora Das Graças. Segundo Oliveira (2002) o terreno foi doado por Décio Rosa e a associação, para a construção do hospital, foi formada em 1948; foram 12 anos de lutas até o hospital ser inaugurado em 1962.

Todavia, Canoas não ficou restrita a veranistas. Aos poucos, aqueles que a princípio vinham a lazer, também adquiriam propriedades e adotaram Canoas como local para residir, como relata Oswaldo Kessler Ludwig:

Em fins do século passado, a última década do século passado, o meu avô materno Felix Kessler adquiriu uma chácara a uma quadra ao norte da Estação, que era o centro demarcado de Canoas, da tranquila e pequena Vila de Canoas, e aí construiu a sua residência, que, de início era de veraneio. Posteriormente passou a ser de residência fixa. [...] o meu pai, que havia conhecido aqui em Canoas a minha mãe, hospedado que estava num veraneio em hotel, primeiro hotel de Canoas, defronte à estação uma casa bonita, de tijolos à vista, propriedade da família Wittrock, este francês de sobrenome basco, instalou ali seu primeiro hotel e meu pai, vindo veranejar em Canoas, em 1896, conhecendo minha mãe, casando com ela em 1897. Foi residir em Porto Alegre, mas não resistiu aos encantos de Canoas e por 1904 resolveu voltar para se instalar aqui definitivamente. Alugou então, em fins de 1904 um chalé, que fica aqui ao lado e que era propriedade da família Schell, donde o nome hoje desta Rua Guilherme Schell. Passou um ano morando neste chalé, estilo suíço, muito bonito e acompanhou a construção da primitiva Vila Mimosa, que só ficou pronta em fins de 1905. [...] (PENNA, 1996, p.25)

A partir desses relatos pessoais, podemos pensar a sociabilidade como fator determinante para fixar-se em um local, tal como Pfiel relatou em relação às sociedades alemãs, que se dirigiam para o hotel Wittrock aos domingos, momentos em que novos contatos, amizades e uniões surgiam, atraindo novos moradores, como aconteceu com a própria família Ludwig.

Inicialmente, a Vila Mimosa (Figura 4) possuía dois pavimentos: quatro peças no térreo e quatro quartos no segundo pavimento e, nos fundos, cozinha e banheiro. No térreo, nas peças da frente, a mãe de Oswaldo Kessler Ludwig, Arminda Kessler Ludwig (conhecida como D. Mimosa), instalou o primeiro armazém de secos e molhados e uma loja de armarinhos, para complementar a renda da família; o marido, Frederico Guilherme Ludwig, trabalhava em Porto Alegre, na empresa Chaves Almeida. Em 1923, Frederico ganhou na loteria 40 contos de reis e ampliou a casa da maneira como pode ser vista hoje. A Figura 4 mostra a Vila Mimosa depois de concluída (sobrado de alvenaria, à direita) e o chalé que era anteriormente alugado pela família Ludwig para veraneio (à esquerda).

Figura 4 – Vila Mimosa (à direita) e chalé alugado (à esquerda) (c. 1905).



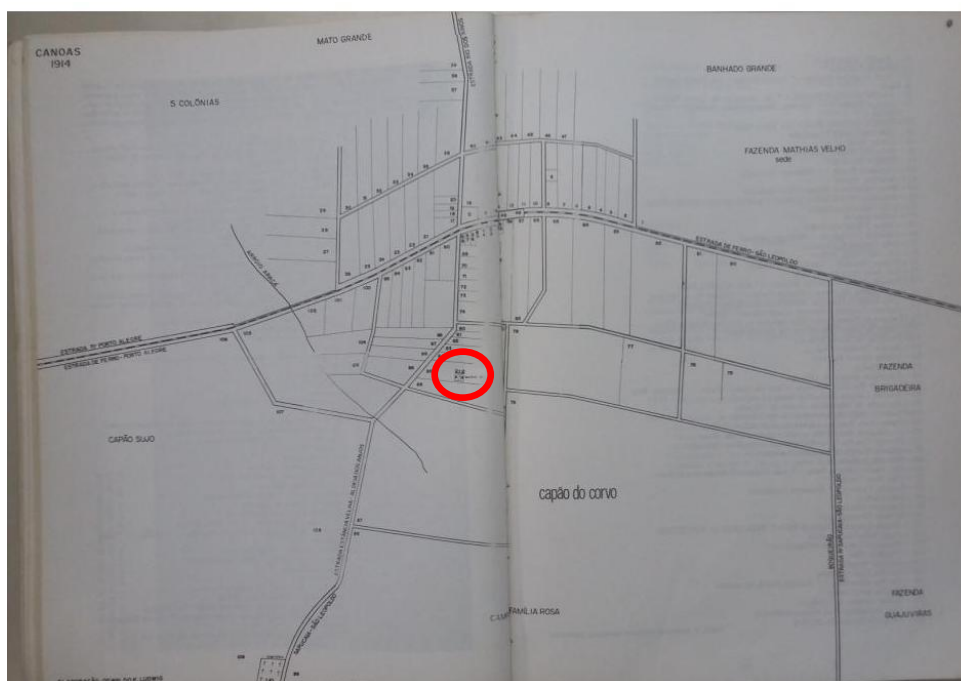
Fonte: PFEIL (1992, p. 54)

De fato, cresceu a movimentação no povoado, com a ampliação e construção de novas moradias no entorno da estação ferroviária, onde um pequeno comércio local se desenvolveu, do qual podemos citar a Farmácia Porcello (1909), a Casa Vargas (1910), a fábrica de móveis Silveira e Wittrock (1914) e o Cine Porcello (1914).

O *Diccionario Geographico do Rio Grande do Sul*, em sua edição de 1907, informa que Canoas era “bellissima povoação no município de Gravatahy, com chácaras aprasiveis e uma linda igreja dedicada a São Luiz Gonzaga; junto existe uma estação da estrada de ferro”. Em 1914, em uma edição atualizada do *Diccionario Geographico, Historico e Estatistico do Estado do Rio Grande do Sul* é informado que, além das chácaras, Canoas, possui “excelente predio do instituto São José. Conta para mais de 100 prédios e uma população approximada de 600 habitantes. A maior parte das casas pertence a capitalistas de Porto Alegre, que ahi vem descansar da lucta ingente de todos os dias”. Tais informações contribuem com dados que mostram o rápido crescimento urbano do povoado.

Em 1914, Oswaldo Kessler Ludwig elaborou um mapa de Canoas com a localização e a identificação de 110 famílias que residiam em sua área central, com a indicação da localização da Igreja dedicada a São Luiz Gonzaga (Figuras 5 e 6).

Figura 5 – Mapa de Canoas em 1914. A localização da igreja está marcada pelo círculo vermelho.



Fonte: PFEIL (1992, p.92-94)

Figura 6 – Igreja São Luiz Gonzaga (c. 1910).



Fonte: PFEIL (1992, p.73)

A primeira igreja do então Capão das Canoas foi construída em 1898, em um terreno doado por Olavo Ferreira, neto de Rafaela Pinto Bandeira. Essa igreja, em estilo colonial português, estava localizada distante da estação ferroviária, na parte alta da cidade. Em 1928, devido ao seu mau estado de conservação, foi demolida e reconstruída na área central, mais próxima à estação. Conforme observamos na figura acima, ao lado da igreja temos um sobrado de dois pavimentos, da família Longoni, onde no andar térreo funcionava um armazém e no andar superior, um salão de bailes. A partir de 1914, os salões de bailes de Fulgêncio Tavares, Idalino Pereira de Vargas e Santini Longoni passam a ser as grandes atrações do povoado.

Nos finais de semana toda a movimentação da cidade girava em torno da paróquia e das festas que eram feitas no armazém do seu pai, onde as danças eram animadas ao som de um o gramofone. Mais tarde, depois de 1908 quando os irmãos Lassalistas instalaram-se perto da estação, foi que aquela parte do povoado começou a ter vida durante os dias da semana, em virtude do movimento dos alunos que vinham dos lugares mais distantes para poder aprender alguma coisa. (PFEIL, 1992, p. 56)

De acordo com Pfeil (1992), o primeiro desfile de carnaval com fantasias e carros alegóricos foi organizado por Arthur Pereira Vargas, Antonio Grand e Cyro Silveira em 1919. A organização para os preparativos do desfile de carnaval que iria ocorrer em 02 de março foi noticiada pelo jornal A Federação, em 26/01/1919.

Nas comemorações ao Centenário da Imigração Alemã no Rio Grande do Sul, em 1924, foi lançado um livro comemorativo em língua alemã (traduzido em 1999 por Artur B. Rambo), destacando a história dos imigrantes e as cidades com presença alemã. Entre essas cidades, Canoas é apontada como:

uma pequena colônia-oásis alemã, as colônias e chácaras de Canoas. Em ambos os lados da linha de trem, avistamos bonitas casas recém-construídas e na estação de trem, um pequeno aglomerado e um belo colégio dirigido pelos irmãos das escolas cristãs. De 80 a 100 famílias alemãs fixaram-se entre italianos e luso-brasileiros, nesta área de tamanho considerável. (RAMBO, 1999, p.569)

Ao ser mencionado o “belo colégio dirigido pelos irmãos das escolas cristãs” lembramos que, em relação à educação, desde 1886 o Estado nomeava anualmente uma professora para lecionar no Capão das Canoas. Em 1908, foi fundado o Instituto São José, com ensino primário e secundário. E a primeira escola de educação especial foi o Instituto Pestalozzi, fundado em 1929. Em 1938, Canoas possuía dez escolas em diferentes regiões.

Em 1936, na obra *Um lugar ao sol*, Érico Veríssimo traz uma narrativa em torno de uma família migrante do interior do Rio Grande do Sul para a capital, mas que trata de forma tangencial a relação entre Canoas e Porto Alegre e a vida escolar daquele primeiro município:

Clarissa estava já a imaginar a vida nova. Viver em Porto Alegre! [...] – Parabéns! Transferida. – Mostrou com o dedo uma notícia no “Diário Oficial”. – Transferidinha da Silva. Clarissa deixou-se cair numa cadeira. D. Clemência não podia acreditar. Assim tão depressa, tão fácil... Era impossível. Pegou o jornal. Olhou. Sim, ali estava o despacho. – Pra Canoas! [...] – Canoas é o mesmo que Porto Alegre... Conheço umas quantas moças que moram aqui e dão aula em Canoas... – Vão de ônibus – explicou tio Couto. [...] Clarissa saía todas as manhãs às sete para tomar o ônibus que a levava a Canoas. Já começava a gostar dos novos alunos. Canoas era bonito, com suas vivendas no meio de jardins verdes e floridos. Ouvia-se o canto de passarinhos. Um silêncio fresco envolvia as casas, as árvores e as criaturas. E ela se lembrava de Jacarecanga, dos seus alunos, recordava caras, gestos, vozes... E vivia na certeza consoladora de que dentro em pouco estaria habituada à nova vida, querendo bem à nova casa, aos vizinhos, às árvores e às crianças de Canoas, aos ônibus que a transportavam todos os dias e às lindas paisagens de campos e montanhas, arrozais e vilas, pontes e riachos que via durante o trajeto. (VERISSIMO, 1997 [1936], p. 76, 184, 223 e 224)

Sem condições de continuar a viver em Jacarecanga, a família de Clarissa parte para a capital em busca de novas oportunidades, mesmo sem ter certeza do êxito. A princípio eles ficaram hospedados em uma pensão no centro de Porto Alegre até Clarissa conseguir o emprego. Clarissa conheceu Fernanda, que também é professora, no dia e que foi solicitar a

sua transferência. Fernanda informou que o andar de cima da casa que alugava estava vago e se Clarissa quisesse conseguia um bom preço com o proprietário. Após a sua nomeação, Clarissa aluga o imóvel e junto com a sua mãe e o primo Vasco passam a viver ali. Veríssimo narra também a dificuldade de Vasco que, como não tinha experiência, não conseguia emprego algum; veio a conseguir após desenhar a capa do livro de Noel, esposo de Fernanda.

Veríssimo narra a realidade de muitos migrantes do interior do Estado, que tinham a capital como objetivo para construir uma nova vida ou famílias que enviavam os filhos para estudar. Veríssimo, anteriormente, também escreveu a obra *Clarissa*, em que narra a vinda dessa personagem para estudar na capital para ser professora. Em ambas as obras, o escritor descreve outros personagens que vieram do interior ou do exterior em busca de novas oportunidades, muitos deles formando parte do contingente populacional da crescente Canoas.

A partir de 1929, aquela região aprazível, recanto de descanso e diversão, passa a se transformar em uma região de grande fluxo migratório, especialmente de mão de obra operária e, com isso, transforma-se em um local propício para a instalação de empresas.

O ano de 1929 sinaliza a formação do primeiro loteamento que veio a se tornar um bairro em Canoas – povoado que, até aquele momento, tinha sua paisagem urbana majoritariamente composta por grandes chácaras particulares junto à estação de trem, instalada em seu território. Esse loteamento, que margeava o Rio Gravataí, foi chamado de Vila Rio Branco e teve o seu desenvolvimento especialmente atrelado à instalação dos Frigoríficos Nacionais Sul-Brasileiros na área, ainda na década de 1930. (VIEGAS, 2011, p.16)

De acordo com Viegas (2011), a Villa Nicteroy foi o primeiro loteamento implantado em Canoas com a finalidade de atender interessados em moradias de mais baixo custo do que as oferecidas na Capital. Arthur Oscar Jochums inaugurou a Empreza Territorial Nictheroy, em 1931, vendendo terrenos com a propaganda de compra parcelada e proximidade com a capital. Na Villa Rio Branco, a empresa Frigosul construiu habitações para seus funcionários. Entretanto, nem todos que residiam nas referidas vilas eram funcionários daquelas empresas, pois residiam no local e trabalhavam em Porto Alegre.

No período de 1930-1940, através de diversas fontes, como jornais, livros e dados estatísticos, é possível verificar o crescimento populacional de Canoas em 11.964 habitantes, tanto pela migração do interior do Estado como pela imigração externa devido ao contexto da II Guerra. Entre os motivos que levaram a escolha de Canoas como opção de moradia, um deles foi o preço dos lotes, como indica Armando Würth, filho de Tiago Würth, fundador do Instituto Pestalozzi (PENNA, 1996, p.40): “O custo de morar em Porto Alegre era inviável.

Então sob este aspecto Canoas trouxe benefícios para eles, o direito de ter casa própria. Os loteamentos se multiplicaram”. Percebemos que a origem dos moradores era variada, compreendendo portugueses, alemães, italianos, ucranianos etc. Viegas explica que isso é derivado das (i) migrações:

Desta forma, se, no século XIX, a instalação da linha férrea favoreceu o povoamento da região, o notável crescimento populacional que a cidade acompanhou ao longo do século XX esteve vinculado às (i) migrações diversas, ligadas, tanto a dinâmicas locais, quanto nacionais e globais; além disso, o seu desenvolvimento industrial está estritamente vinculado à sua posição geográfica. Assim a localização de Canoas foi determinante, isso só ocorreu em relação a acontecimentos correlatos que tornaram a cidade polo residencial e industrial à época, como expansão – específica – de Porto Alegre a partir da zona norte. (VIEGAS, 2011, p.70)

Nesse contexto, as fundações de clubes na cidade tornam-se fundamentais para o fortalecimento de vínculos étnicos e sociais e para a criação de novas redes de sociabilidade, especialmente a partir dos esportes. Tem-se a criação do Esporte Clube Brasil (1924), Clube de Bolão Gaúcho (1926), Esporte Clube Oriente (1932), Esporte Clube Canoense (1933), Grêmio Esportivo Niterói (1933) entre outros. As fundações dessas associações e clubes coincidem com o início das reivindicações de melhoramentos no povoado. Em meio a reuniões, encontros e fluxo de ideias ocorre à fundação da Comissão Pró-Melhoramentos, em 1933, que viria ser a responsável pela emancipação municipal.

2.3 O processo de emancipação e industrialização

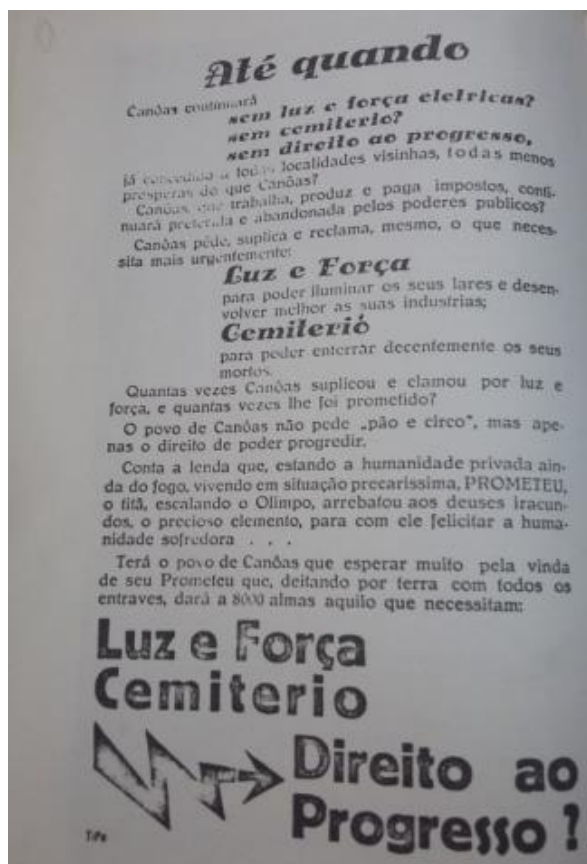
Movida pela Comissão Pró-Melhoramentos, em 1933 a sociedade canoense se organizou em um comício na atual Praça da Bandeira (Figura 7). Tendo o ferroviário Hector Teixeira como orador, as primeiras reivindicações são em busca de energia elétrica, melhores estradas, policiamento, cemitério, praça. Panfletos eram distribuídos à população para aderirem à causa e participar das manifestações (Figura 8).

Figura 7 – Comício da Comissão Pró-Melhoramentos (1933).



Fonte: PFEIL (1992, p.210)

Figura 8 – Panfleto distribuído à população.

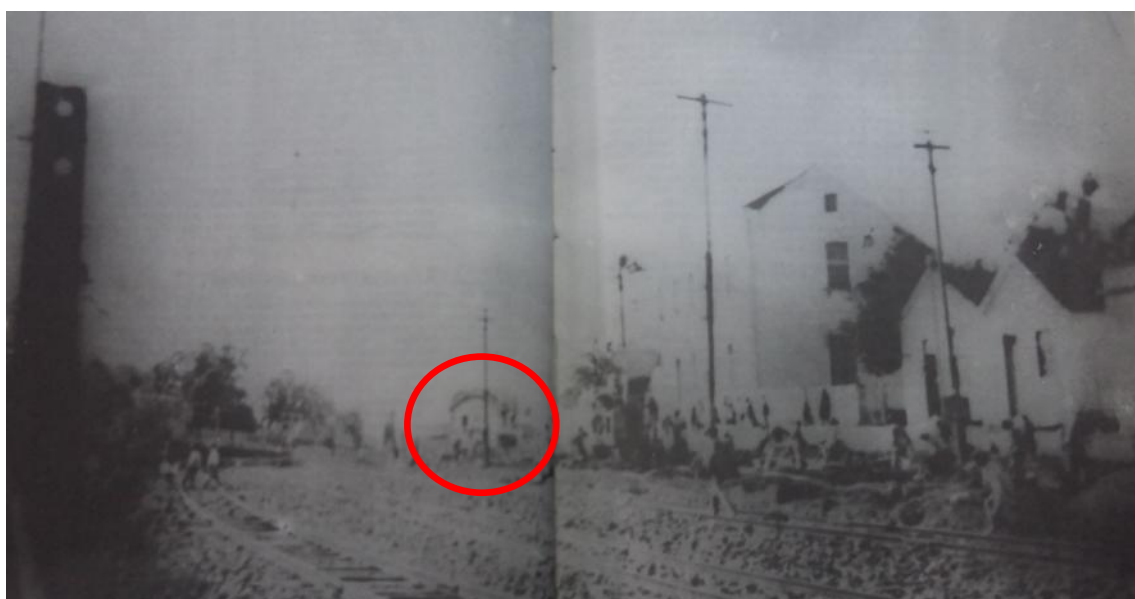


Fonte: PFEIL (1992, p.212)

Em 1934, tem início as obras de um dos melhoramentos reivindicados pela comissão, a cimentação e alargamento da atual Av. Victor Barreto, estrada que dava acesso a Porto Alegre e São Leopoldo.

Nessa mesma via, a antiga estação de trem foi substituída por uma nova estação em 1934, por solicitação da população, devido ao crescimento urbano e grande fluxo diário na localidade. A nova estação foi construída com dois pavimentos de alvenaria: no térreo localizava-se a sala de atendimento, sala de espera, sala do agente e do telégrafo, com depósito para bagagens e sanitários; no segundo pavimento, ficava a residência do agente ferroviário. Na Figura 9, a estação aparece ao fundo, no círculo vermelho. As obras da avenida estão em primeiro plano, com os trabalhadores ao lado direito.

Figura 9 – Obras de alargamento da Av. Victor Barreto e construção da nova Estação Ferroviária (1934).



Fonte: PFEIL (1992, p. 218-219)

Em 25 de maio de 1935, foi inaugurada a iluminação pública e particular na região central: 120 casas iluminadas e 62 lâmpadas públicas. Segundo Pfeil (1992), à noite ocorreu um jantar comemorativo no Esporte Clube Brasil e no dia seguinte, um almoço oferecido pela Prefeitura de Gravataí (então ainda a sede municipal) e pela Cia. Energia Elétrica Rio-Grandense, no Hotel Waldhof, na Vila Barreto, com mais de 500 convidados (Figura 10).

Figura 10 – Comemorações no Esporte Clube Brasil e Hotel Waldhof.



Fonte: PFEIL (1992, p. 238-239)

Segundo Silva (1978), a instalação do 3º Regimento de Aviação em 1937 em Canoas não apenas proporcionou um aumento na população, mas contribuiu para traçar novos rumos para a localidade. O capitão Miguel Lampert, que esteve no comando do 3º Regimento nesse período, observou os graves problemas que Canoas sofria, distante da sede municipal de Gravataí, desassistida e sem auxílio em caso de acidentes de trânsito, policiamento ou socorro médico.

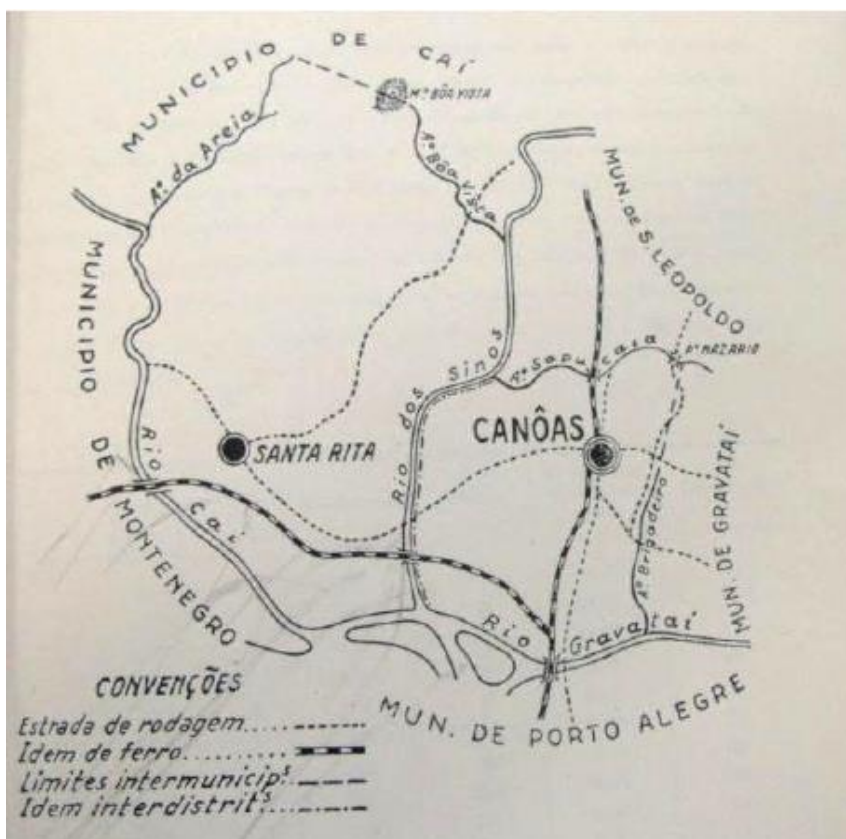
Em 1938, o coronel Ivo Borges assumiu o comando do 3º Regimento e convidou Victor Hugo Ludwig para liderar o movimento pró-emancipação. O prefeito de São Sebastião do Caí, Egídio Michaelsen, apoiou o movimento e orientou Ludwig a pedir a anexação do 6º distrito de São Sebastião do Caí (Santa Rita). Ludwig se dirigiu a Santa Rita (6º distrito de Caí e que viria a ser, mais tarde, o município de Nova Santa Rita) e conseguiu o apoio do líder político Miguel de Fraga de Moraes Sarmiento, que em poucos dias trouxe um manifesto com mais de 600 assinaturas pedindo a união do 6º distrito de Caí com o 4º distrito de Gravataí para formação do novo município. Portanto, a presença de militares contribuiu para emancipação política e o desenvolvimento da localidade, visto que no período do Estado Novo, apenas Canoas e Sarandi foram emancipados.

Segundo Viegas (2011), Victor Hugo Ludwig, em 20/06/1939, publicou no jornal Correio do Povo as razões para a emancipação de Canoas: para ele, era necessário “conservar melhorando”, propondo uma solução equilibrada entre o passado e o futuro urbano de Canoas. A comissão Pró-Melhoramento buscava na emancipação a autonomia política para progredir e resolver os inúmeros problemas que Canoas possuía.

Em 28 de junho de 1939, ocorreu a emancipação de Canoas através decreto nº 7839, considerando justa a aspiração dos habitantes de Canoas e Santa Rita, tendo os dois distritos condições econômicas para administração autônoma. Considerando a necessidade de descentralizar para facilitar os problemas de arrecadação e emprego equitativo da renda e que

a emancipação não alteraria a vida financeira de Gravataí e São Sebastião do Caí, ficou elevado à categoria de Município, fazendo divisas com Caí, Portão, Esteio, Cachoeirinha, Porto Alegre, Triunfo e Montenegro (Figura 11).

Figura 11 – Mapa de Canoas, com anexação de Santa Rita (1939).



Fonte: TEJO (1939)

Em 15 de janeiro de 1940, no Cinema Central, foi realizada a cerimônia de instalação oficial do município e a posse, por nomeação, do prefeito Edgar Braga da Fontoura, seguida de missa na Igreja Matriz e, a noite, jantar comemorativo no Clube de Bolão Gaúcho.

A prefeitura foi instalada em prédios alugados, sucessivamente, das famílias Ludwig, Vargas e Silveira. Em 1952, o prédio de Arthur Pereira Vargas sofreu um incêndio e a prefeitura foi transferida para prédio de Antônio Cândido Silveira, que também sofreu incêndio em 1953, sendo que a prefeitura então foi instalada no Foro municipal, até a conclusão da construção do prédio próprio e instalada oficialmente em 15 de janeiro de 1954 (Figura 12).

Figura 12 – Prédio da Prefeitura (1954).



Fonte: Arquivo Público Municipal de Canoas Dr. Sezefredo Azambuja Vieira

De acordo com Viegas (2011), as primeiras reivindicações atendidas pela primeira administração municipal foram relacionadas à Praça da Bandeira, ao cemitério e a rede elétrica pública e particular em zonas fronteiriças aos Frigoríficos Nacionais, na Vila Rio Branco.

No início do século XX, Canoas era descrita como local de belezas naturais e destino de veranistas. No entanto, a partir da década de 1930, com o crescimento populacional, começam a surgir problemas urbanísticos. A grande especulação imobiliária sem regulamentação e sem critérios, a venda de terrenos em locais insalubres e as enchentes, obrigam o poder público a olhar para essa população que vivia na periferia, distante da estação ferroviária, que era considerada área central da cidade. A partir da década de 1940, tem início o projeto de transformar Canoas em uma cidade industrial; mas para isso era necessário modernizar e sanear os problemas urbanos (Figura 13).

Nas gestões dos prefeitos Edgar Braga da Fontoura e Aluizio Palmeiro Escobar, foram realizados projetos para transferir o centro e as populações que residiam em locais afetados pelas enchentes para a parte alta da cidade. Entretanto, lideranças da região central se opuseram e não aceitaram a transferência do centro cívico e comercial. Com isso, os planos e projetos ficaram engavetados e a população, a cada enchente, sofria perdas e danos. Esse panorama de insalubridade ocasionado pelas cheias só iria mudar após a construção de diques, no final das décadas de 1950 e 1970.

Figura 13 – Manchete do Jornal Folha da Tarde, de 09/10/1944, indicando a mudança de foco da cidade.



Fonte: Fundação Cultural de Canoas (FCC) (1998, p.90)

Até 1951, Canoas estivera em regime de exceção, sendo os prefeitos nomeados, devido à unidade militar da Aeronáutica instalada no município. O ex-prefeito Sezefredo Azambuja Vieira lembra as dificuldades políticas daquele momento:

Os prefeitos eram todos nomeados pelo Estado Novo e então a legislação vinha elaborada do Rio de Janeiro ou pelo Estado e apenas parcialmente pelas prefeituras municipais. Eram órgãos indispensáveis, porque não era só Canoas, todos os prefeitos eram nomeados e, de tal maneira, não havia legislação adequada à realidade local. Devagarinho foi-se organizando a coisa”. (PENNA, 1996, p.45)

Em 1956, a cidade teve eleição para escolha do seu prefeito e Sezefredo Azambuja Vieira (1956-1959) e o vice-prefeito Hugo Simões Lagranha foram eleitos pelo voto direto. De acordo com Oliveira (2002, p.46): “O Dr. Sezefredo foi um homem que, durante toda a sua vida, preocupou-se com os aspectos da urbanização e de humanização da cidade. Sua formação era de advogado, mas seu maior destaque foi como administrador público e político”. Durante a gestão Sezefredo, ocorreram investimentos em todos os setores do município: abertura e prolongamento das vias públicas, construções de praças, escolas e o segundo cemitério; com o auxílio do governo federal, construiu a Casa de Bombas, o dique para drenagem e proteção contra cheias na Vila Niterói e a canalização do Arroio Araçá e incentivou a vinda de novas indústrias, com incentivos fiscais. O ex-prefeito Hugo Simões

Lagranha (OLIVEIRA, 2002, p.45) destaca que “Sezefredo foi um grande homem e ter sido seu vice só contribuiu para que eu me tornasse o que sou hoje”.

Britto (2009) destaca que, em 1950, Canoas possuía 71 estabelecimentos industriais e durante as próximas décadas (1960, 1970 e 1980), Canoas teve um crescimento vertiginoso. Entre 1950 e 1975, a população saltou de 39,8 mil para 189,6 mil habitantes, um crescimento de 342%; a indústria cresceu de 71 estabelecimentos para 385, com crescimento de 542%. Em 1950 contavam-se 1.900 trabalhadores e em 1970, 13.129, um crescimento de 691%. Em 1961, o governador Leonel Brizola instituiu o projeto chamado II Cidade Industrial, escolhendo Canoas para receber novos investimentos e instalando na cidade a Refinaria de Petróleo.

Segundo Britto (2009), a economia no município em 1950 era voltada 41% para a transformação de produtos minerais, 38,2% para a industrialização de alimentos, 9,5% para a indústria química, 4% para a agricultura e os demais 7,5% distribuídos entre metalurgia, madeiras, couros, bebidas etc. Em relação aos estabelecimentos comerciais, naquele ano contava-se 4 atacados, 986 varejos, 3 agências bancárias. Apenas 275 logradouros tinham rede elétrica, 93 logradouros tinham abastecimento de água e 57 logradouros tinham instalações telefônicas.

Ainda de acordo com Britto (2009), na gestão do prefeito José João Medeiros (1960-1963), foi sancionada a lei de incentivos para instalação de indústrias e empresas no município, sendo que em 1964 já haviam 344 estabelecimentos industriais cadastrados, 11 agências bancárias, 1.342 estabelecimentos comerciais e a população alcançava 135.000 habitantes.

A gestão do prefeito Hugo Simões Lagranha (1964-1971) foi marcada por grandes investimentos urbanísticos, pavimentação e abertura de ruas, construção de escolas, praças e postos de saúde, inauguração da primeira biblioteca pública, ampliação do prédio da prefeitura, conclusão da construção da Refinaria Alberto Pasqualini, chegada ao município de muitas empresas e indústrias, desenvolvendo a região. Com auxílio do governo federal, obteve verba para a construção dos diques de proteção contra cheias na Vila Rio Branco, Matias Velho e Harmonia, cujas obras foram concluídas em 1970, saneando um problema crônico da cidade.

Na Figura 14, é mostrada a grande enchente de 1967, com o bairro Niterói (à esquerda), já protegido pelo dique; ao lado direito, temos o bairro Rio Branco, que ainda não contava com diques e estava alagado.

Figura 14 – Enchente em Canoas (1967).



Fonte: FCC (2006, p. 278)

Entre 1964 e 1984, período em que o Brasil vivia sob uma ditadura militar, a promulgação do Ato Adicional nº5 fez com que Canoas passasse a ser considerada “Área de Segurança Nacional”: os prefeitos não eram eleitos, mas nomeados pelo governador do Estado, com o consentimento do governo federal. De 1968 a 1985, a cidade de Canoas foi dirigida por 10 prefeitos “biônicos”, porque as áreas da Petrobrás e do 5º COMAR deveriam ser protegidas. O prefeito eleito em 1968 foi Carlos Lourenço Giacomazzi, considerado de oposição, que não assumiu e em seu lugar foi nomeado Hugo Simões Lagranha, que permaneceu no cargo até 1971. Após 1971, foram nomeados outros 9 prefeitos, alguns com mandatos de dois ou cinco anos, outros anuais e outros somente de alguns meses.

De acordo com Oliveira (2002), Lagranha teve um total de cinco mandatos como prefeito, dois por nomeação e três por eleição. Foi sem dúvida o prefeito de maior destaque na cidade; durante todas as suas gestões procurou melhorar as condições urbanísticas, pavimentou ruas e avenidas, enfrentou as enchentes de 1964 e 1967, construiu os diques de proteção, construiu praças, escolas e a primeira biblioteca pública, atraiu muitas empresas e indústrias, foi responsável pela construção do Hospital Nossa Senhora das Graças e da instalação da Usina Termoelétrica na Refinaria Alberto Pasqualini e incentivou Romeu Ritter dos Reis a instalar em Canoas uma escola de ensino superior, conforme conta Flávio D’Almeida Reis, filho de Romeu:

[...]No final da década de 50 meu pai, Romeu Ritter, veio morar em Porto Alegre. Com formação jurídica adquirida na cidade de São Paulo, passou a lecionar em escolas na capital gaúcha e, posteriormente, assumiu o cargo de professor em uma escola municipal na pequena cidade de Canoas. Nesse período conheceu Hugo Lagranha e tornaram-se grandes amigos. Meu pai era um admirador ferrenho do então prefeito da cidade, e Lagranha, como um grande estadista que era, percebeu o potencial daquele jovem professor. Em uma das muitas conversas que tiveram, Lagranha sugeriu a meu pai que instalassem na cidade de Canoas uma escola de ensino superior. Ali começava a ser gerado o embrião das Faculdades Integradas Ritter dos Reis. [...] Reconheço que Lagranha foi o grande incentivador para que a Ritter se tornasse o que é hoje. [...] (OLIVEIRA, 2002, p.86-87)

Lagranha, na transmissão do cargo de prefeito a Daniel Cruz da Costa, em 08/01/1971, ressaltou que em Canoas “não se encontraria monumentos, [...] mas terá recursos para prosseguir as obras de desenvolvimento da cidade” (ZH,1971, p.10).

O período de 1960 até meados de 1980, é o de “modernização” de Canoas. Ou seja, quando os poderes constituídos passaram definitivamente a dirigir os processos de urbanização, com a ideia de ordenar a cidade, sanear, normatizar, impor princípios estéticos e tratar dos problemas sociais de forma técnica. Nessa diapasão, a prioridade era o desenvolvimento industrial – e não o patrimônio cultural. (GRAEBIN, GRAEFF, GRACIANO, 2014, p.5)

Para Canoas se tornar a cidade de destaque que hoje conhecemos, foi necessário planejamento, projetos e ações políticas e sociais para transformação de um local de veraneio em cidade próspera. Os integrantes da Comissão Pró-Melhoramentos buscavam autonomia para administrar o local e investir em melhorias para o crescimento da região. Durante muitas décadas as autoridades locais se depararam com situações adversas, que exigiram intervenção e tomadas de decisão estratégicas para a conquista do sucesso. O ex-prefeito Oswaldo Guindani relata que a cidade progrediu com dificuldades, mas obteve sucesso com a atuação da sociedade:

Surge um importante parque industrial. Canoas cresce em força e pujança e encontra inspiração no amor de seus filhos, para procurar os caminhos de sua real emancipação. Eis aqui, ao nosso redor, em nossos dias, chaminés fumegantes, testemunhas do progresso; a corrida acelerada dos veículos em idas e vindas por nossas estradas, superando o cansado trem de ferro que, num pungente lamento de seus trilhos, evoca lembranças de uma época difícil, mas de conquistas. (SILVA, 1978, p.5)

E como testemunho de parte desse passado, ficam os prédios e as memórias como provas desse desenvolvimento. Não há dúvidas de que o desenvolvimento de Canoas está

atrelado, em grande medida, à Estação Ferroviária e dentro dessa realidade, um dos debates sempre presentes é divisão da mesma pela rodovia federal BR-116 e pelos trilhos da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A (TRENSURB). Armando Würth expõe sua percepção sobre essa divisão da cidade:

Canoas teoricamente começou a se desenvolver a partir do trem, em 1874, mas basicamente este trem também sempre dividiu Canoas. Não é só o Trensurb que dividiu. Já o trem dividia. Mas, como o trem era escasso, de vez em quando, nos tínhamos até as paradas abertas e tinha nos cruzamentos aquele – pare olhe escute – mesmo assim, de vez em quando, o trem atropelava um veículo qualquer. [...] Se é verdade que ela nos cortou ao meio (estrada), também é verdade que ela nos ajudou no progresso. Na troca do trem, Canoas conseguiu praticamente a pavimentação da Guilherme Schell e mais passarelas do que as outras cidades. Então houve conquista no sentido de atenuar os efeitos, porque aquilo era inevitável. (PENNA, 1996, p.44)

Tanto a Estação Ferroviária como o TRENSURB eram inevitáveis. Os herdeiros dos Pinto Bandeira aproveitaram as oportunidades para o desenvolvimento comercial, educacional, urbanístico e industrial. A sociedade canoense sempre foi atuante e reivindicou suas necessidades. A partir de 1980, surgem solicitações para que sejam preservados os lugares considerados patrimônio histórico e propõe-se que esses locais sejam espaços para desenvolvimento artístico e cultural.

2.4 O processo de patrimonialização municipal

A cada geração, a cidade se transforma e se modifica; as construções antigas são substituídas por construções modernas, que acompanham as tendências de cada época. Aquelas que permanecem podem, em um sentido amplo, serem consideradas como patrimônio histórico. A patrimonialização tem como objetivo a preservação do lugar e da história associada a ele.

O desconhecimento sobre o patrimônio histórico faz com que boa parte da sociedade não tenha consciência sobre a importância de preservar as edificações antigas e o seu passado. Logo, boa parte delas são demolidas e substituídas por construções modernas. Ao constatar as mudanças no espaço urbano e tendo o interesse em preservar o patrimônio material, imaterial ou natural, valoriza-se o passado de determinada comunidade que ali esteve ou permanece, preservando a sua história.

Segundo Lemos (1981), o patrimônio cultural pode ser dividido em três categorias: os pertencentes à natureza, ao conhecimento e aos bens que englobam os objetos, os artefatos e as construções.

Quanto a isso, Silveira e Ramos (2016) acrescentam:

O que compõem o patrimônio cultural de um povo, nação ou sociedade é bastante diversificado. Os critérios de preservação se alteram ao longo do tempo. Em geral, preserva-se o belo, o grandioso, as construções da classe dominante, as igrejas, os prédios públicos etc.

Patrimônio não é só legado, é (também) uma fabricação do presente. O processo de elevação de um bem cultural à categoria de patrimônio cultural implica operações de escolha significação e atribuições de sentidos no presente. O patrimônio é fruto de seleções de determinados elementos para preservação. O patrimônio é uma construção política e está associado a determinados interesses políticos, sociais e econômicos. Patrimônio ainda está associado a esquecimentos, disputas e desigualdades. (SILVEIRA e RAMOS, 2016, p. 15)

Este é o caso da antiga Estação Férrea. Nos jornais locais, anualmente, relaciona-se a data da inauguração da ferrovia com o marco temporal do povoamento urbano de Canoas, como verificamos na reportagem mostrada na Figura 15, extraída do Jornal da Cidade, de 10 de abril de 1980. A Estação Férrea está também representada na bandeira e no brasão municipal, sendo um símbolo representativo de Canoas, está de acordo com a análise de Gonçalves (2007) sobre os discursos utilizados para determinar o que são os patrimônios culturais:

Os patrimônios culturais são estratégias por meio das quais grupos sociais e indivíduos narram a sua memória e sua identidade, buscando para elas um lugar público de reconhecimento, na medida mesmo em que as transformam em “patrimônio”. Transformar objetos, estruturas arquitetônicas, estruturas urbanísticas, em patrimônio cultural significa atribuir-lhes uma função de “representação” que funda a memória e a identidade. (GONÇALVES, 2007, p.155)

De acordo com Martins (2014), a preocupação da sociedade canoense com o patrimônio cultural coincide com as comemorações dos 110 anos da cidade e com o I Seminário de Debates sobre o Plano Diretor de Canoas e a criação da Fundação Cultural de Canoas, em 1984.

A primeira entidade voltada para a cultura, em Canoas, foi a hoje extinta Fundação Cultural de Canoas, criada através da lei municipal nº 2.276/1984, com as seguintes competências: formular a política cultural do município; articular-se com órgão federal, estadual ou municipal, bem como universidade e instituições culturais, de modo a assegurar a

coordenação e execução de programas culturais de qualquer iniciativa; promover a defesa do patrimônio histórico ou artístico do município de Canoas, promover exposições, espetáculos, conferências, debates, feiras, projeções cinematográficas, festividades populares, inclusive as que tenham com a incrementação do turismo; realizar promoções destinadas a integração social da população com vistas e elevação do seu nível cultural e artístico, entre outras.

Figura 15 – Canoas: 106 Anos de Povoamento Urbano.



Fonte: Jornal da Cidade (10/04/1980)

Nos jornais locais eram anunciadas as atividades que a Fundação realizava e que convidava a população a participar. A sede da Fundação era, justamente, na Estação de Trem, prédio que foi disponibilizado em regime de comodato pela TRENURB em 1985 ao município e sua utilização deveria ser exclusivamente para fins culturais, onde eram desenvolvidas atividades voltadas para literatura, artes plásticas, teatro, folclore, música, dança, concurso de redação em escolas municipais e estaduais, pesquisa histórica e publicação de livros sobre a história municipal.

A Fundação Cultural de Canoas era atuante e reivindicava a proteção dos prédios antigos e que faziam parte da história municipal. Em 1985, circulou nos jornais locais que a “Casa dos Rosa será demolida e no local será construído um estacionamento”. Tanto os jornais locais como a Fundação se mobilizaram em favor da preservação do prédio e manifestaram que a Casa dos Rosa fosse sede do Arquivo Histórico e Museu Municipal, formando um complexo cultural.

Ainda em 1985, o então prefeito Francisco Biasuz promulgou a Lei nº 2.334 criando o Arquivo Histórico Municipal, vinculado à Secretaria da Administração e sua instalação

ocorreu em 1989. No quarto mandato do ex-prefeito Hugo Simões Lagranha (1989-1992), a Lei nº 2.234/1985 foi revogada e foi criada a Seção de Arquivo Histórico e Museu Municipal, através da lei nº 3.002/1990, vinculado à Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

Desde a sua criação, o Museu Municipal promoveu exposições culturais tendo como objetivo preservar a memória, a história e o patrimônio histórico municipal, realizando junto com a Fundação Cultural de Canoas mostras de artes, pintura, desenho, fotografia. A sede do museu e do arquivo era em uma sala alugada no centro de Canoas. As pesquisas nos jornais locais indicam a recorrência de anúncios informando sobre as exposições e atividades realizadas pelo Arquivo e Museu.

Em comemoração ao 9º aniversário do Arquivo e Museu, foi aberta a exposição “Povo que conserva seus documentos, preserva sua memória”, solicitando a colaboração da comunidade com a doação de documentos e fotografias antigas para ampliar o acervo e preservar a história municipal (O TIMONEIRO, 2-8/10/1998, p.11). Percebe-se, dessa forma, que os editoriais da imprensa canoense documentam mensalmente todas as atividades culturais realizadas, com destaque para datas comemorativas anuais. Por exemplo: “Arquivo e Museu completam 10 anos”! Para comemorar a data, foi aberta uma exposição com os principais eventos promovidos pelo Arquivo e o Museu e o lançamento do primeiro volume do caderno “História de Canoas”, com 32 páginas, contendo informações históricas para consulta dos estudantes (DIÁRIO DE CANOAS, 22/09/1999, capa).

O Arquivo Histórico contém um acervo que compõe documentos da Câmara Municipal, doações da comunidade e da administração municipal, fototeca com mais de 3 mil fotografias antigas e atuais, mapoteca com mapas e projetos de loteamentos, hemeroteca com recorte de jornais com assuntos históricos e arquivo audiovisual com slides e filmes sobre a história do município.

Analisando as manchetes do jornal O Timoneiro, de 1993, percebemos um enorme número de reportagens sobre os planos e as realizações do departamento de cultura, a construção de um centro cultural, visitas a outras cidades buscando ideias, integração e incentivos culturais para atrair os canoenses para as atividades culturais, divulgação das exposições, lançamento de biografias, publicação de livros sobre a história municipal e o levantamento de locais possíveis de serem catalogados como patrimônio histórico. Manchetes como “Prefeitura investigará patrimônio histórico”, mostram que o então prefeito Liberty Conter pretendeu inventariar o patrimônio histórico do município e, para isso, assinou um termo de cooperação técnica com a Secretaria Estadual de Cultura (O TIMONEIRO, 22-28/10/1993, capa). A análise dos jornais dos anos seguintes documenta o caminho percorrido

pelo município, com a intermediação do IPHAE, para firmar uma parceria para a realização do Inventário dos Bens do Patrimônio Histórico e Cultural do município de Canoas, concluído em 1998.

A preocupação da sociedade civil de Canoas com seus bens culturais começou a dar seus passos a partir de 1993, o que pode ser considerado tardio, considerando o movimento de formulação de política nacional de preservação de patrimônio histórico, artístico, arqueológico e natural nos anos 1970. (GRAEBIN, GRAEFF, GRACIANO, 2014, p.3)

A arquiteta Miriam Würth se preocupou com o futuro arquitetônico da cidade e destacou que, mesmo que as construções sejam recentes, se faz necessário preservar, pois “apesar do descaso com o patrimônio histórico e arquitetônico ainda restam de pé várias simpáticas casas que trazem estampadas lembranças de um tempo que está por se apagar totalmente se uma política de preservação não for implantada com urgência”. Miriam lamenta que a cidade não tenha uma preocupação com a memória histórica e caso nada seja feito as próximas gerações não terão qualquer referência histórico-cultural e afirma que “nossa história se confunde com o progresso industrial e deixa a cidade em nada. [...] o prédio da prefeitura, a Igreja São Luiz, os colégios Auxiliadora e Cristo Redentor, podem parecer recentes, mas é necessário pensar em sua preservação porque é o que ainda está de pé” (DIÁRIO DE CANOAS, 27/08/1993, p.11).

Em 1995, em uma reportagem no jornal Folha de Canoas, com o título “Arquivo e Museu Municipal desenvolvem inventário do patrimônio cultural de Canoas”, a chefe do arquivo Mariza Andrade coloca que “o tombamento é o último recurso para proteger uma construção” e a equipe do arquivo e museu trabalham na conscientização “para que, a exemplo de outras cidades, os proprietários sintam orgulho de ver seu prédio como parte integrante do inventário cultural da cidade”, porque os proprietários têm medo de perder o seu imóvel. Nessa mesma reportagem, para o jornalista Antônio Jesus Pfeil “todo o complexo que inclui a prefeitura, o prédio dos correios e o Fórum, por ter sido o primeiro núcleo administrativo, possui um enorme valor histórico”. (FOLHA DE CANOAS, 04/05/1995, p.8)

Na gestão do prefeito Liberty Conter (1993-1996), foi criado o Departamento de Cultura, vinculado à Secretaria da Educação e as atividades do Arquivo Histórico e do Museu passam a ser vinculadas a esse departamento. A organização da proteção do patrimônio histórico e artístico municipal foi promulgada através da Lei nº 3.875/1994, mas não chegou a instalar nenhum serviço ou secretaria associada ao patrimônio, pois o município não possuía uma Secretaria da Cultura e todos os assuntos relacionados a essa área eram tratados pelo

Departamento de Cultura. Mesmo que não houvesse uma secretaria ou setor específico do patrimônio histórico, desde 1989 foram realizadas pesquisas históricas sobre os fatos, as pessoas, os prefeitos, os locais significativos, concursos de pinturas com a temática “Patrimônio de Canoas”, publicação de livros e cadernos de fotografias com a história do povoamento, dos povoadores, dos locais significativos e representativos.

Nesse sentido, está de acordo com Lemos (1981), registrar é sinônimo de preservar, guardar para amanhã informações que não tenham garantias de permanências. Preservar não é apenas guardar, mas fazer um levantamento daqueles locais que estão condenados ao desaparecimento decorrente da especulação imobiliária. Logo, precisamos preservar o que for significativo e representativo. Pode-se preservar em favor do turismo, que atrai visitantes, comércio e arrecadação de impostos. Ou em favor de diferentes demandas sociais, preservando a memória dos antepassados e do passado vivido.

Os bens imóveis, especialmente, necessitam do amparo legal e da autoridade do Governo. As autoridades governamentais são responsáveis por zelar pelo chamado Patrimônio Histórico e Artístico. Cabe a União e aos Estados legislar sobre a proteção do patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico e aos Municípios, suplementar legislação no que couber e promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local.

Na esfera municipal, como exemplo de gestão do patrimônio, no mandato do prefeito Marcos Antônio Ronchetti (2001-2008), foi promulgada a Lei nº5.182/2007, dando nome ao Museu Municipal de Canoas de Hugo Simões Lagranha e a Lei nº 5.341/2008 instituindo o Plano Diretor Urbano Ambiental de Canoas – PDUA, criando as zonas especiais de interesse cultural – ZEIC.

A conservação de bens culturais arquitetônicos é um problema em muitas regiões brasileiras, pois a maioria dos proprietários são indiferentes e desconhecem a importância da preservação e os custos associados à sua manutenção, muitas vezes impedindo a sua conservação. Quando há um interesse financeiro em uma área antiga, ocorre geralmente a sua descaracterização, ampliação ou redução em prol de melhorias, conforto, estética; muitas vezes associados a iniciativas imobiliárias e turísticas.

De acordo com Lemos (1981), tombamento significa registrar ou inscrever um bem nos arquivos patrimoniais. Os bens imóveis são tombados por ato administrativo e fica proibida a descaracterização deste bem. Este ato não retira o direito de propriedade, mas impede a sua destruição, sendo que o mesmo poderá ser restaurado preservando as características originais da época em que foi construído. O tombamento poderá ser voluntário, compulsório ou de ofício.

O tombamento de um bem patrimonial pode ser feito em nível internacional, por intermédio da UNESCO, que reconhece os bens culturais como Patrimônio Cultural da Humanidade. Em nível nacional, pela União através do Ministério da Cultura, por intermédio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Pelo governo Estadual, através da Secretaria da Cultura (SEDAC), por intermédio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE) e, pelos Municípios, através de legislação municipal.

Para um imóvel ser tombado é necessária a abertura de um processo administrativo, onde será avaliado tecnicamente o bem. A análise consiste em uma pesquisa sobre sua relevância histórica, estética ou paisagística, envolvendo história, arquitetura e cultura, consagrada pela história oficial ou pela memória coletiva da comunidade. O parecer sobre a relevância do imóvel deverá vir acompanhado de justificativa. O proprietário será notificado e terá prazo determinado para manifestar anuência ou impugnação sobre o interesse em seu imóvel ser tombado; caso não manifeste sua opinião dentro do prazo estipulado, será interpretado como anuência e o imóvel será tombado. A partir daí, será publicado no Diário Oficial do Estado o decreto com o tombamento. Após cumpridos os prazos e análises de contestações ou não, será realizado o registro no Livro Tombo.

Na gestão do prefeito Jairo Jorge da Silva (2009-2016), foi criada em 2009 a Secretaria da Cultura e a Equipe de Patrimônio Histórico – EPH. Entre 2009-2014 são registrados no Livro Tombo, das folhas de nº 02 a nº 32, oito bens imóveis que estavam listados no Inventário dos Bens do Patrimônio Histórico e Cultural de Canoas, que são: Villa Mimosa (Decreto nº 635 de 29/05/2009), Casa dos Rosa (Decreto nº 752 de 13/07/2009), Villa Nenê (Decreto nº 1.062 de 01/10/2009), Casa dos Wittrock (Decreto nº 293 de 09/04/2010), Antiga Estação de Trem (Decreto nº 311 de 14/04/2010), Prédio da Prefeitura (Decreto nº 491 de 16/06/2010), Igreja São Luiz Gonzaga (Decreto nº 519 de 23/06/2010) e Villa Joana (Decreto nº 275 de 01/10/2014).

No capítulo seguinte, vamos caracterizar cada um desses bens imóveis tombados.

3 O PROCESSO DE TOMBAMENTO DOS BENS IMÓVEIS DE CANOAS

Neste capítulo será apresentada a relação dos imóveis que a cidade de Canoas considerou patrimônio histórico e registrou em seu Livro Tombo, seguido da descrição do bem, sua localização geográfica, parecer histórico, como foi o processo de tombamento e qual o uso atual dos imóveis.

3.1 Villa Mimosa

A Villa Mimosa está localizada na área central da cidade, na Av. Guilherme Schell nº 6270. Constitui-se em um prédio de alvenaria com dois pavimentos, no estilo neoclássico, com construção de 1904; a ampliação e modificações no prédio foram realizadas em 1923, sendo que a família Ludwig residiu no local até 1999 (Figura 16).

O processo administrativo nº 3998/2009, cujo objeto é o tombamento do imóvel, é composto por ficha de identificação, parecer histórico familiar, mapa da localização, certidão do registro de imóveis, fotografias do imóvel, jornais com reportagens sobre a família Ludwig e sobre o imóvel, ofícios notificando o proprietário sobre o tombamento, decreto com o tombamento, avaliação do imóvel, laudo técnico do imóvel para restauro, escritura pública de doação, inquéritos civis.

Figura 16 – Casa das Artes Villa Mimosa (2017).



Fonte: Registrada pela autora

O projeto de tombamento foi realizado em 1999, tendo como objetivo preservar o prédio e a área verde ao seu entorno. A família Ludwig, proprietária do imóvel, contribuiu decisivamente para o desenvolvimento da cidade, sendo que o patriarca Frederico Guilherme Ludwig convidou os Irmãos Lassalistas a fundar o Instituto São José. Sua esposa Arminda Genuina Kessler (conhecida como D. Mimosa) participou ativamente da construção da nova Igreja Matriz São Luiz Gonzaga.

Dos sete filhos do casal, Victor Hugo Ludwig formou-se em medicina e foi o primeiro médico da cidade; também foi prefeito municipal de Gravataí e participou da Comissão Pró-Melhoramentos, que culminou na emancipação política de Canoas. Oswaldo Kessler Ludwig também se formou em medicina, foi professor universitário, contribuindo na área de hematologia no Rio Grande do Sul. Geraldo Gilberto Ludwig, major da aeronáutica, foi prefeito nomeado de Canoas no período de 1973-1979, quando investiu em melhorias urbanísticas, sendo o idealizador e inaugurou o Calçadão na Tiradentes, construiu centros comunitários e o centro olímpico municipal no bairro Igara, desapropriou o terreno para a construção do Parque Getúlio Vargas, instituiu a bandeira municipal através da lei nº 1771/1977, foi presidente da APAE por seis anos e tornou-se patrono e primeiro vice-presidente da Associação de Comércio e Indústria, além gerente do Banco União Comercial.

Rubem Carlos Ludwig, filho de Victor Hugo Ludwig, militar formado pela Academia Militar de Agulhas Negras, veio a ser comandante daquela instituição em 1980; exerceu carreira política nos governos Geisel e Figueiredo, foi nomeado Ministro da Educação e investiu no ensino primário e profissionalizante. Foi chefe da Casa Civil quando encerrou sua carreira e vida pública, em 1985.

Em reportagem no jornal Diário de Canoas, em 2008, intitulada “Villa Mimosa será sede do Museu de Canoas”, foi informado que a Villa Mimosa havia sido adquirida pela construtora Goldsztein Cyrella. Na mesma reportagem, o Secretário Municipal de Planejamento Urbano Oscar Escher relata que “o desafio era evitar que o mercado imobiliário descaracterizasse o imóvel e a história da cidade. Canoas está aprendendo a conhecer suas características culturais e transformá-las em benefícios”. O secretário informa que foram dois anos de negociação para que a construtora compreendesse a necessidade de preservar a edificação. Indica que, a fim de tombá-la, estava sendo realizado levantamento das condições físicas do imóvel, sendo necessário restaurá-lo a fim de transformar o local em um museu municipal. (DIÁRIO DE CANOAS, 07/2008, p.10)

O processo de patrimonialização da Villa Mimosa se deu entre as transições políticas da gestão de Marcos Antônio Ronchetti (2001-2008) e Jairo Jorge da Silva (2009-2016). Em

2007, através do Inquérito Civil nº 159, foi assinado o termo de compromisso de ajustamento entre o Ministério Público do Rio Grande do Sul, o município de Canoas e a empresa Goldsztein Cyrella. Na cláusula 1º, o município se comprometeu a tomba o imóvel “Villa Mimosa” como patrimônio histórico e cultural; na cláusula 4º, é acordado que a construtora desmembrará e doará a área onde está localizada a Villa Mimosa para o município de Canoas e na cláusula 7º, o município de Canoas e a Goldsztein Cyrella se comprometem solidariamente a implantar um centro municipal histórico cultural para visitação pública. Em 2008 foi realizada a avaliação do impacto do empreendimento sobre a vizinhança.

Em 2009, uma Ação Popular entrou com um processo contra o município de Canoas e a construtora, para suspender a construção do empreendimento devido ao dano ao patrimônio cultural e a destruição do patrimônio natural. A partir disso, foi decidido judicialmente que a construtora plantaria espécimes vegetais na cidade para compensar a destruição da vegetação nativa do entorno do prédio histórico da Villa Mimosa, liberando assim a construtora a construir as torres verticais que pretendia.

O prédio denominado “Villa Mimosa” foi finalmente tombado pelo Patrimônio Municipal em 29 de maio de 2009, tendo como justificativas seu valor histórico e cultural para a cidade e a sociedade. A casa é reconhecida como local onde viveram os membros da família Ludwig, responsáveis por liderar diferentes movimentos e realizações que colaboraram para o crescimento, desenvolvimento e processo histórico-cultural da cidade, sendo um de seus símbolos mais populares, atestando os laços que os habitantes tem com a edificação materializada naquele monumento.

Em 2010, a construtora Goldsztein Cyrella ficou responsável pela elaboração do projeto e execução do restauro do prédio histórico “Villa Mimosa”, quando foi contratada a empresa Kroma para realizar a restauração e, em 08 de dezembro de 2011, o imóvel foi entregue ao município. A inauguração da Casa das Artes Villa Mimosa ocorreu em 27 de junho de 2012, tendo como objetivos ser um espaço de formação, expressão e disseminação cultural para artistas locais e a comunidade, incentivando e proporcionando apresentações de teatro, música e dança, exposições, oficinas, debates, palestras, contribuindo com o desenvolvimento social e cultural da população. Atualmente, permanece a utilização do espaço cultural com exposições, apresentações artísticas de música, dança, teatro e etc.

3.2 Casa dos Rosa

A Casa dos Rosa está localizada na área central da cidade, na Rua Victor Barreto nº 2186 (em frente à Antiga Estação Férrea). Constitui-se de um prédio de alvenaria, com dois pavimentos, construído em 1893 e que foi propriedade da família Rosa até 1997 (Figura 17).

Figura 17 – Parque Casa dos Rosa (2018).



Fonte: Registrada pela autora

O prédio foi tombado pelo Patrimônio Municipal em 13 de julho de 2009, tendo como justificativa ser o imóvel mais antigo existente na cidade, estando vinculado ao processo inicial do povoamento urbano da região. Devido à preservação de uma área de mata junto ao imóvel e pertencente a ele, o lugar exerce função de “pulmão verde” dentro do aglomerado urbano situado no centro da cidade.

O processo administrativo nº 6574/2009, cujo objeto é o tombamento do imóvel, é composto por ficha de identificação, histórico familiar, mapa da localização, certidão do registro de imóveis, jornais com reportagens sobre a família Rosa e o imóvel, ofícios notificando o proprietário sobre o tombamento, decreto com o tombamento, avaliação do imóvel e laudo técnico do imóvel para restauro.

A família Rosa contribuiu, de forma importante, para o desenvolvimento da cidade, tendo doado um terreno para a construção do Hospital Nossa Senhora das Graças e outro terreno para abrigar idosos, chamado Lar Vicentino Dr. Décio Rosa.

Consta no parecer histórico que acompanha o processo de tombamento, que Antônio Lourenço Rosa, comerciante de Porto Alegre, veterano da Guerra do Paraguai, oficial da Guarda Nacional, adquiriu a propriedade e construiu nela um chalé de veraneio, em frente à Estação de Trem e que se deslocava, aos finais de semana, para descansar com esposa e filhos naquele local. Dos seis filhos, Décio Rosa, médico, foi o único que fixou residência em Canoas e foi quem doou terreno para a construção do Hospital Nossa Senhora das Graças e para o Lar de Idosos Vicentino. Décio Rosa não se casou nem deixou herdeiros; seus nove sobrinhos herdaram o imóvel após o seu falecimento. Hélio Rosa Filho, médico, fixou-se no mesmo chalé após o falecimento do tio, clinicou no Hospital Nossa Senhora das Graças, foi deputado estadual, vereador, presidente do Lions Clube de Canoas e desempenhou relevantes serviços à comunidade.

Desde 1985, circulava nos jornais locais reportagens do trabalho exercido pela Fundação Cultural de Canoas no sentido de elaborar projetos para a criação do Arquivo Histórico e Museu Municipal. Pleiteavam, junto ao poder municipal, a instituição de um complexo cultural interligado com a Estação do Trem, onde a Casa dos Rosa abrigasse o arquivo, o museu e a biblioteca, para que o local fosse um espaço para a disseminação, a promoção e o desenvolvimento de atividades culturais e um espaço para inclusão cultural da comunidade (Figura 18). Em 2009 foi, finalmente, tombado.

No entanto o imóvel, que havia sido vendido para a Comunidade Evangélica Luterana São Paulo (ULBRA), ficou fechado, sem cuidados, em estado de abandono. Em 2011, uma árvore caiu sobre a casa, danificando a construção. A instituição proprietária foi notificada em 30/06/2011, através de ofício, pela Secretaria Municipal da Cultura (SMEC)/Equipe de Patrimônio Histórico (EPH), para realizar intervenção na cobertura e apresentar projeto de restauro, pois um imóvel que está listado no Inventário dos Bens do Patrimônio Histórico e Cultural e tombado pelo Patrimônio Histórico Municipal deveria ser preservado. O retorno, recebido em 14/07/2011, foi de que a ULBRA não teria condições financeiras para realizar a intervenção e nem o projeto de restauro, pois estava passando por uma situação conturbada de índole política, administrativa e principalmente financeira.

Figura 18 – Manchete do Jornal “O Timoneiro”, informando sobre a criação do complexo cultural na Casa dos Rosa.



Fonte: O TIMONEIRO (13/02/1987, p.02)

Conforme consta no artigo 19 da Lei Municipal nº3875/94, caso o proprietário não tenha condições financeiras para fazer as obras de conservação ou restauro, o município fica responsável pela sua preservação, e isso foi alegado pela ULBRA e a mesma apresentou documentos da sua situação comprovando não ter meios de restaurar o imóvel, argumentando que ou o município realizava a restauração ou cancelaria o tombamento. A partir daí, tem início procedimentos burocráticos, análise jurídica, solicitação de laudo técnico e vistoria, objetivando realizar uma intervenção para reparar os danos na cobertura, o que foi iniciado em dezembro de 2011. Depois disso, o imóvel sofreu dois incêndios (em 2012 e 2013) e novo acompanhamento e vistoria foi realizada, sendo que o laudo do imóvel informava urgência em sanar os problemas, pois o prédio estava comprometido.

Em 10/09/2013 foi firmado, entre a União e a Prefeitura Municipal de Canoas, o contrato de cessão de uso gratuito do imóvel, pelo prazo de 20 anos, para sua preservação como Patrimônio Histórico do Município de Canoas. Em reportagem do jornal Diário de Canoas, de 20/08/2015, intitulada “Casa dos Rosa começa a ser restaurada”, é informado que somente após o imóvel ser cedido ao município, seria possível iniciar o projeto de restauro. Informava também que, no local, haveria um memorial e um café. (DIÁRIO DE CANOAS,

20/08/15). Durante quinze meses, o imóvel passou por restauração e foi inaugurado em 10 novembro de 2016, como sede do Museu Municipal Hugo Simões Lagranha.

Em 2016 o local foi inaugurado formalmente, passando a se chamar “Parque dos Rosa”, pois além da casa há também um parque arborizado em seu entorno com bancos, pracinha e um café. No primeiro pavimento do prédio, estão a recepção, sanitários e 4 salas de exposições; no segundo pavimento, 3 salas de exposições e 1 sala destinada aos funcionários; o acesso ao segundo pavimento é feito por escada de concreto ou elevador. Até março de 2017, o primeiro pavimento incluía, na sala principal, uma linha histórica de tempo do município, entre 1725 a 2016, três mapas fixos na parede, um brasão municipal fixo na parede, um sino e uma lanterna da antiga Estação Férrea exposto no centro da sala, duas salas pequenas nas laterais, tendo em uma delas exposição de um filme em preto e branco e na sala da frente, exposição de fotografias da casa durante o restauro. No segundo pavimento possui três salas de exposições, sendo que uma delas abriga o gabinete do ex-prefeito Lagranha e nas outras duas salas, objetos antigos expostos em nichos de madeira ou vitrines (máquinas de escrever, relógio, rádios, telex, central telefônica, cadeira e utensílios de barbearia, uniforme de uma professora, diário de Joaquim José Santos Ferreira e utensílios antigos de escrever) sem qualquer sentido, relação ou explicação.

Em 2017, ao assumir o atual prefeito Luiz Carlos Busato, foi nomeada Ivone Frare como gestora do Museu Municipal Hugo Simões Lagranha, com o que seus espaços físicos foram readequados: o primeiro pavimento foi destinado a exposições de arte de curta duração e o segundo pavimento, duas salas foram destinadas ao patrono do Museu Municipal, com linha do tempo municipal e linha do tempo do ex-prefeito Lagranha, com as principais realizações em seus cinco mandatos, painéis nas paredes com frases ditas pelo prefeito e jornais ampliados, vitrines com objetos e documentos do prefeito e na terceira sala exposição, fotografias em preto e branco da casa durante o processo de restauro. Desde 2017 é realizado ali oficinas, palestras e formação de professores da rede municipal no local. Em 9 de abril de 2018 foi prestada homenagem ao centenário de nascimento de Hugo Simões Lagranha, quando foi inaugurado um busto de metal do mesmo em frente à Casa dos Rosa e foi realizada a abertura da exposição de arte de sua filha, Eliane Santos Rocha.

3.3 Villa Nenê

A Villa Nenê está localizada na área central da cidade, na Av. Santos Ferreira nº 442, constituída de um prédio de alvenaria, no estilo eclético, com construção de 1928 e foi propriedade da família Silveira até 1996 (Figura 19).

O prédio denominado “Villa Nenê” foi tombado pelo Patrimônio Municipal em 01 de outubro de 2009, tendo como justificativa seu valor histórico e cultural e por Antônio Cândido da Silveira ter sido um cidadão de destaque, que contribuiu para o desenvolvimento industrial da cidade.

O processo administrativo nº 9718/2009, cujo objeto é o tombamento do imóvel, é composto por ficha de identificação, parecer histórico, mapa da localização, certidão do registro de imóveis, jornais com reportagens sobre Antônio Cândido Silveira e o imóvel, fotografias, ofícios notificando o proprietário sobre o tombamento, decreto com o tombamento, avaliação do imóvel, laudo técnico do imóvel para restauro.

Figura 19– Villa Nenê, em vista frontal (à esquerda) e lateral (à direita) (2018).



Fonte: Registrada pela autora

Consta no parecer histórico que Antônio Cândido da Silveira, natural de São Leopoldo, estudou no Ginásio Nossa Senhora da Conceição entre 1894 e 1900, migrou para Porto Alegre e ingressou na Serraria e Fábrica de Móveis Garibaldi, onde aprendeu a profissão de marceneiro-maquinista, transferindo-se para Canoas em 1906. De 1910 a 1914, foi sócio de uma fábrica de móveis em Canoas. Ao sair da sociedade, lançou-se em um novo segmento, o alimentar e, de 1914 a 1917, foi sócio de uma fábrica de biscoitos. Deixando a sociedade, fundou em 1917 com o seu pai e Henrique Wittrock, a Fábrica de Móveis Silveira & Wittrock, que funcionou até 1943, quando foi vendida. Após a venda da empresa, fundou a

empresa de móveis A.C. Silveira, entre 1946 e 1957, encerrando as atividades após um incêndio. Consta uma divergência na data de fundação da empresa de móveis Silveira e Wittrock, pois nos livros e no processo de tombamento da Casa Wittrock, a data de fundação seria 1914 e, no processo de tombamento da Villa Nenê, seria 1917.

No parecer histórico, Antônio Cândido da Silveira foi filiado ao Partido Republicano Liberal desde a sua fundação, tendo sido nomeado sucessivamente por Borges de Medeiros, Flores da Cunha e Ernesto Dorneles como juiz distrital e juiz de paz de Canoas. Participou, como conselheiro, da Comissão Pró-Melhoramentos, responsável pela emancipação de Canoas. A sede do Esporte Clube Brasil funcionava em um de seus prédios e o Prédio da Prefeitura também funcionou em um de seus imóveis, em 1952. Durante 1939 e 1957, foi delegado “fabeiro” da Igreja Matriz São Luiz Gonzaga. Foi um dos responsáveis pela fundação da Associação Comercial de Canoas e, em 1940, foi eleito o primeiro vice-presidente.

A denominação de Villa Nenê é homenagem a sua segunda esposa, Gomercinda Ignácia Silveira; tiveram dois filhos, Antônio Carlos (1932) e Luiz Fernando (1938-1979), mas nos arquivos não constam informações sobre eles. Consta no parecer que, após o falecimento de sua esposa em 1957, muito abalado Antônio Cândido Silveira encerrou as atividades de sua empresa e faleceu em 1962.

No parecer histórico há um depoimento do irmão lassalista Luiz Nesello, onde expõe que a Villa Nenê faz parte do patrimônio histórico e cultural da cidade e que a casa ocupa, juntamente com outros prédios da mesma natureza, um lugar de destaque na preservação da memória e da cultura material de Canoas, constituindo numa ponte com o passado, pois permite aos habitantes do município uma visualização da arquitetura utilizada no início do século XX.

Após poucos dias do tombamento do prédio histórico Villa Nenê, a Secretaria Municipal da Cultura recebeu uma denúncia de que o então proprietário, Olímpio Pansera, havia demolido uma parte do imóvel. Houve fiscalização e a obra foi embargada, posteriormente tendo sido realizada a avaliação e o laudo dos danos. O proprietário foi autuado, conforme o processo nº 24356/10, com multa 50% pelos danos causados pela destruição ao patrimônio histórico, entrando o proprietário com recurso.

O proprietário abriu o processo nº 29369/09, para realizar a restauração do imóvel. Porém, foi analisado que se tratava de uma reforma com insuficiência de dados, sendo encaminhadas instruções quanto aos procedimentos necessários para aprovação do projeto de restauração. Por fim, o processo foi arquivado devido ao proprietário não mostrar interesse na

restauração. O proprietário abriu novo processo, nº 2926/10, onde pedia para limpar o terreno sem especificar de que maneira isso seria feito. Logo após, abriu outro processo, nº 26608/10, em que solicitava que o restauro ficasse a cargo do município, baseando na Lei nº 3.874/94, alegando não possuir condições financeiras para fazê-lo. Porém, não apresentou nenhum comprovante de renda. Entrou com novo processo, nº 2262/10, no Instituto Canoas XXI, pleiteando o desmembramento do imóvel tombado do restante do terreno, processo está atualmente em tramitação.

Desde o início do tombamento, o imóvel vem sofrendo sérios danos, não apenas pela ação do tempo como pelo seu proprietário, conforme consta no processo nº 14622/10, onde a Secretaria Municipal da Cultura, por intermédio da Equipe do Patrimônio Histórico, propõem uma solução: a compra ou desapropriação e a sua imediata restauração, para utilização como equipamento cultural. Para isso, foi solicitada avaliação no mercado imobiliário do imóvel. Atualmente, o terreno está à venda em uma imobiliária por R\$ 1.000.000,00 sendo que a avaliação municipal foi de R\$ 700.000,00.

Através do Decreto nº 140/11, publicado no Diário Oficial de Canoas, em 04/01/2011 foi pedida a desapropriação do imóvel, com a justificativa de que o mesmo é de utilidade pública. A Secretaria Municipal da Cultura propôs ao Ministério Público do Rio Grande do Sul a análise de um termo de ajustamento de conduta com o proprietário do imóvel tombado, inquérito civil nº 00739.00023/2010. O município de Canoas assinou um termo de compromisso com a construtora MelnickEven Santa Fé para realização de ações em conjunto para a desapropriação e restauro do prédio histórico, considerando o interesse de implantar sobre o imóvel um empreendimento imobiliário. Resolvem as partes firmar o termo de compromisso, onde a construtora depositou R\$ 700.000,00 e assinou termo para entregar o projeto de restauro em 2013, como aparece no inquérito cível nº008/1.11.0015437-5.

Devido à falta de manutenção e conservação, o prédio histórico vem sofrendo sérios danos desde o seu tombamento. Em 2013 foi realizado o seu envelopamento (cobertura em lona com estrutura metálica), para proteger o prédio até o restauro, pois uma parte do telhado havia desabado e estava comprometendo a estrutura física. Atualmente, a cobertura não existe mais, restando apenas a estrutura metálica enferrujada em volta da casa e o prédio sofreu um incêndio em dezembro de 2017, restando apenas as paredes externas.

A reportagem do jornal O Timoneiro, de 19/01/2018, traz a manchete “Incêndio consome o prédio da Villa Nenê” (O TIMONEIRO, 19/01/2018). Nesta reportagem, a Prefeitura informa que é corresponsável desde o tombamento através de um termo de posse, mas o imóvel ainda é de propriedade privada. A Secretaria de Cultura e Turismo solicitou

laudo técnico dos danos pelo incêndio e o Executivo informou que existe um projeto de restauração do espaço, mas falta apoio da iniciativa privada. Enquanto isso, o prédio histórico segue desprotegido rumo ao desabamento, enquanto a questão não se resolve judicialmente.

3.4 Casa dos Wittrock

A Casa dos Wittrock está localizada na área central da cidade, na Rua Domingos Martins nº 440, e possui um prédio de alvenaria com três cômodos, um banheiro e uma área de lazer aos fundos, construído em 1910 e que foi propriedade da família Wittrock até 2006 (Figura 20).

Figura 20 – Casa dos Wittrock (2018).



Fonte: Registrado pela autora

O processo administrativo nº 11554/2009, cujo objeto é o tombamento do imóvel, é composto por ficha de identificação, histórico familiar, mapa da localização, certidão do registro de imóveis, jornais com reportagens sobre a família Wittrock, ofícios notificando o proprietário sobre o tombamento, decreto com o tombamento, contrato de comodato e de locação, avaliação do imóvel, laudo técnico do imóvel para restauro, ofício notificando a entrega do imóvel.

O prédio foi tombado pelo Patrimônio Histórico Municipal em 04 de abril de 2010, tendo como justificativa preservar o patrimônio histórico cultural da cidade de Canoas, já que

a família Wittrock faz parte da memória do povo canoense e foi uma das primeiras a contribuir com o povoamento e desenvolvimento do município.

Consta no parecer histórico, Jorge Gothel Henrique Wittrock, natural da Alemanha, emigrou ao Brasil em 1870 e trabalhou como técnico da construção da estrada de ferro de Porto Alegre a São Leopoldo. Residia, com a sua esposa e filhos, no Capão das Canoas, em um chalé alugado do major Vicente Ferrer da Silva Freire; neste local abriu um armazém, bar e restaurante para veranistas. Em 1882, comprou uma grande área de terra defronte à estação do trem, hoje a Av. Victor Barreto, que vinha desde atual rodovia federal BR-116, limitando-se ao norte com a Rua Domingos Martins e fundos com Rua Major Sezefredo, onde construiu um grande prédio de alvenaria, que foi o primeiro hotel de veraneio de Canoas.

Jorge Wittrock retornou para a Alemanha e seu filho, conhecido como Capitão Ernesto – natural da Alemanha e tinha 5 anos quando emigrou com seus pais – ficou responsável pelos negócios da família e também exerceu funções públicas, como inspetor de quartirão, responsável pelo alistamento militar de todo o distrito de Canoas, estacionário (agente) da estação de trem em Canoas, subdelegado, subprefeito, juiz distrital e escrivão distrital, tornou-se Capitão da Guarda Nacional em 1914.

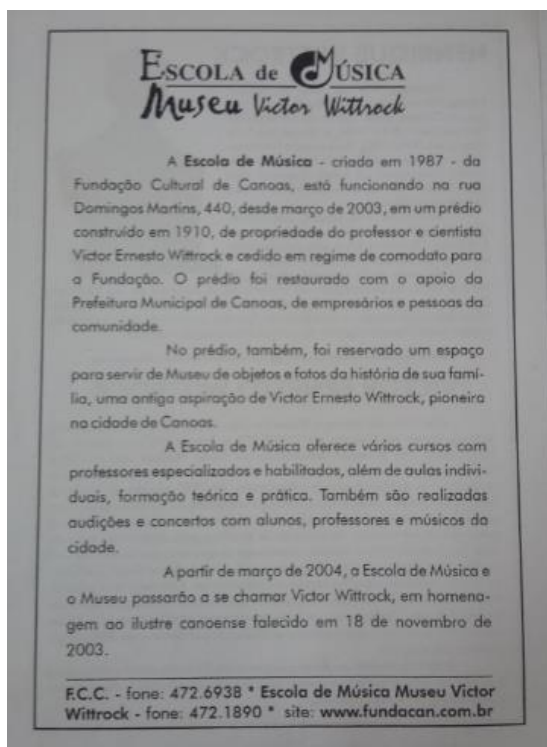
Henrique Wittrock, filho do Capitão Ernesto, nasceu em Canoas em 1894, estudou no Colégio São José, onde fez o curso completo de comércio. Em 1914 inaugurou a fábrica de móveis “Silveira e Wittrock”, em sociedade com Antônio Cândido da Silveira. Germano Antônio Wittrock, filho do Capitão Ernesto, formou-se em medicina e tornou-se um dos pioneiros da moderna pediatria no Brasil, publicou o livro Guia da Mães, reeditado 14 vezes, exerceu atividades médicas no Rio de Janeiro e faleceu em 1981; seu filho, Antônio Wittrock, reside no Rio de Janeiro.

Victor Ernesto Wittrock, filho único de Henrique Wittrock, formou-se químico e físico, professor universitário de física nuclear, astronomia e eletrônica, faleceu em 2003 sem herdeiros.

Na reportagem “Fundação Cultural adota casa histórica”, no jornal Diário de Canoas de 12-13/10/2001 (DIÁRIO DE CANOAS, 12-13/10/2001), consta que Victor Ernesto Wittrock mora em Porto Alegre e aponta que ceder o espaço a Fundação possibilita dar um destino melhor a casa onde viveu sua infância e expor o acervo de fotografias da família, que conta um pouco da história de Canoas. Em agosto de 2001, o imóvel estava desabitado e sofreu um incêndio. Uma parceria entre prefeitura, o proprietário e empresários possibilitou restaurar o imóvel e utilizar o local para fins culturais.

O referido imóvel foi emprestado, em regime de comodato, a Fundação Cultural de Canoas (FCC) durante 5 anos e nele foi instalada a Escola de Música e Museu Wittrock (Figura 21). Após o falecimento de Victor Ernesto Wittrock, o imóvel foi vendido para Adriano Rodrigues Saraiva, que assinou com a FCC um novo contrato de locação, permanecendo as atividades no local até 2009.

Figura 21 – Folder da Escola de Música e Museu Wittrock.



Fonte: Arquivo Público Municipal de Canoas Dr. Sezefredo Azambuja Vieira

No primeiro mandato do ex-prefeito Jairo Jorge da Silva, o primeiro ato de seu governo em 09 de janeiro de 2009 foi extinguir a FCC e encerrar todas as atividades que a mesma realizava, inclusive a Escola de Música e Museu Wittrock. O contrato entre FCC e o proprietário foi rescindido, o imóvel foi restaurado e entregue ao proprietário. Desde então, o imóvel permanece fechado, com uma placa de “aluga-se”.

3.5 Antiga Estação de Trem

A Antiga Estação de Trem está localizada na área central da cidade, na Av. Victor Barreto nº 2301, constituída por um prédio de alvenaria com dois pavimentos, construído em 1934 (Figura 22).

O processo administrativo nº 6446/2009, cujo objeto é o tombamento do imóvel, é composto por ficha de identificação, mapa da localização, certidão do registro de imóveis, parecer histórico sobre o imóvel, jornais com reportagens sobre o prédio da Estação, ofícios notificando o proprietário sobre o tombamento, decreto com o tombamento, contrato de comodato, avaliação do imóvel, laudo técnico e projeto de restauro.

O prédio denominado “Antiga Estação de Trem” foi tombado pelo Patrimônio Histórico Municipal em 14 de abril de 2010, tendo como justificativa seu valor afetivo atrelado a história municipal, tanto na vida social e como no desenvolvimento do povoado do Capão das Canoas, sendo, portanto, um prédio com um grande valor histórico para toda a comunidade.

Figura 22 – Antiga Estação de Trem em Canoas (2018).



Fonte: Registrado pela autora

A Estação de Trem encontrava-se desativada desde 1970, sem ter um uso específico para o local. Nessa época, a imprensa informava que a Velha Estação seria destruída. Com isso, ocorreu uma mobilização pela salvaguarda da Estação, reivindicando que ela não poderia ser derrubada pois sua construção remetia ao povoamento urbano e o desenvolvimento local. A estação foi então restaurada em 1983 pela TRENSURB, sendo adaptada à sua nova função, de abrigar a sede da Fundação Cultural de Canoas (FCC). Em 1985 foi assinado um contrato de comodato entre a TRENSURB e o município de Canoas, com o empréstimo gratuito do prédio e respectivo terreno da Antiga Estação, bem como o mobiliário, tendo como cláusula contratual o uso do imóvel única e exclusivamente para fins culturais; assim, suas atividades

foram todas voltadas para área cultural até o ano 2009, quando ocorreu a sua extinção da FCC.

No entanto, em 2009 teve início um novo processo de restauração do prédio histórico da Estação, com vistorias, laudos, abertura de tomada de preços e projeto de execução. A restauração e reabilitação foram concluídas em 10 de novembro de 2016, tendo como objetivo devolver as características originais ao imóvel tombado.

Desde a sua inauguração em 2016, foi lançado um edital de utilização do espaço público a entidades e/ou pessoas físicas interessadas em utilizar o espaço físico em atividades culturais, como ensaios, oficinas, workshops, apresentações de dança, teatro e música. Atualmente constam 10 grupos cadastrados via edital e outros 7 grupos que usam esporadicamente o local, via autorização. Em novembro de 2017, o edital foi encerrado e será relançado novo edital de permissão de uso a entidades e/ou pessoas físicas interessadas em utilizar o espaço físico em atividades culturais. Eventualmente, a Secretaria Municipal da Cultura e Turismo utiliza o espaço para eventos, palestras, oficinas. Será lançado o Projeto “Estação da Música”, mensalmente, no terceiro sábado do mês, quando ocorrerão shows musicais.

3.6 Prédio da Prefeitura

O prédio da prefeitura está localizado na área central da cidade, na Rua 15 de Janeiro, nº 11 (Figura 23). O processo administrativo nº 3482/2010 cujo objeto é o tombamento do imóvel, é composto por ficha de identificação, mapa da localização, certidão do registro de imóveis, parecer histórico do imóvel, jornais com reportagens sobre o prédio, ofícios notificando sobre o tombamento, decreto com o tombamento, avaliação do imóvel e laudo técnico do imóvel.

O prédio da prefeitura foi tombado pelo Patrimônio Histórico Municipal em 16 de junho de 2010 tendo como justificativas seu valor afetivo para a comunidade, por ser um patrimônio histórico-cultural, para que as futuras gerações rememorem acontecimentos, para ser protegido através da legislação e ter assegurado o destaque do bem preservando suas características históricas culturais arquitetônicas estéticas e paisagísticas.

Figura 23 – Prefeitura Municipal de Canoas (2018).



Fonte: Registrado pela autora

O município de Canoas foi emancipado em 1939 e a sua instalação oficial ocorreu em 1940. Sem sede própria, o ato solene de instalação foi feito no Cinema Central. Como não haviam prédios públicos a solução, durante um certo tempo, foi alugar espaços até ter condições de construir um próprio. Assim, a prefeitura foi instalada em diferentes prédios pertencentes às lideranças locais que participaram da Comissão Pró-Melhoramentos, Frederico Guilherme Ludwig (na Rua Santos Ferreira), Antônio Pereira Vargas (na Praça da Bandeira) e Antônio Silveira Cândido (na Av. João Pessoa, hoje Av. Tiradentes, trecho do Calçadão). Durante 3 anos foi construído um prédio de alvenaria, com dois pavimentos e um porão, concluído em 1953. Em 1968, no primeiro mandato do ex-prefeito Hugo Simões Lagranha, foi iniciada a construção de um prédio de 8 andares, entre o prédio dos Correios e o prédio da Prefeitura, ampliando assim a área da sede municipal.

No jornal O Timoneiro, de 10/04/1968, há uma manchete intitulada “Prédio Histórico abrigará Biblioteca, Museu e Arquivo”, indicando que havia a intenção de transformar o espaço em que funcionava a Secretaria da Fazenda, no prédio mais antigo da Prefeitura, em espaços de memória da cidade (Figura 24).

Figura 24 – Reportagem sobre a construção do Prédio da Prefeitura.



Fonte: O TIMONEIRO (10/04/68, p.09)

Consta no laudo técnico que ao longo das décadas, o prédio da prefeitura passou por várias alterações em seu uso, além de aumento da área e alteração dos espaços internos com intervenções, adaptações e reformas, nem todas devidamente documentadas.

Durante essas reformas, o próprio gabinete do prefeito esteve alocado em outros espaços. O jornal O Timoneiro, em reportagem de junho de 2006, sob o título “Administração não dá valor à luta pela sede própria”, informa que prefeitura estava então localizada no Conjunto Comercial e que “paga aluguéis caríssimos em um shopping desde 2004 quando começou sua mudança, finalizada em março deste ano com a chegada do Gabinete do Prefeito” (O TIMONEIRO, 06/2006, p. 4). Em 2009, ano comemorativo do 70º aniversário municipal, foi realizada a última reforma no prédio da Prefeitura e o gabinete do prefeito retornou para ele.

Atualmente, no prédio da Prefeitura estão o gabinete do prefeito e a Secretaria de Comunicação e Eventos e, no prédio ao lado, a Secretaria de Relações Institucionais e a Diretoria de Arquitetura e Engenharia, sendo que as demais secretarias estão alojadas em outros locais.

3.7 Igreja São Luiz Gonzaga

A Igreja católica dedicada a São Luiz Gonzaga está localizada na área central da cidade, na Rua Cônego José Leão Hartmann, nº 82, em um prédio de alvenaria no estilo neogótico, com construção iniciada em 1926 e concluída em 23 de junho de 1940 (Figura 25).

Figura 25 – Igreja Matriz São Luiz Gonzaga (2017)



Fonte: Registrada pela autora

O processo administrativo nº 6353/2010, cujo objeto é o tombamento do imóvel, é composto por ficha de identificação, mapa da localização, certidão do registro de imóveis, parecer histórico sobre o imóvel, jornais com reportagens sobre a Igreja, ofícios notificando o proprietário sobre o tombamento, decreto com o tombamento, avaliação do imóvel, laudo técnico, projeto de restauro da cobertura e do forro.

O prédio da Igreja Matriz foi tombado pelo Patrimônio Histórico Municipal em 23 de junho de 2010, tendo como justificativa a preservação do prédio por seu valor histórico, cultural, religioso e arquitetônico; por ser reconhecida pela comunidade como símbolo da cidade e parte da história local de seus habitantes, o tombamento assegura o destaque do bem e a preservação das características que o identificam com o patrimônio cultural de Canoas.

Anteriormente, a localização da igreja ficava na Rua Santos Ferreira, em uma construção em estilo colonial português (ver Figura 6). Devido ao seu mau estado de conservação, foi demolida e transferida para o terreno em frente à Praça da Bandeira.

Consta no parecer histórico que, em 1924, senhoras da sociedade canoense se reuniram na casa da Sra. Henriqueta Martins, juntamente com o padre Reinaldo Juchen, para decidir sobre a construção da nova igreja e o padre sugeriu que a igreja fosse construída em um terreno em frente à Praça da Bandeira. Em 1925 o arcebispo autorizou a transferência da igreja, foi formada a diretoria responsável pela obra da nova igreja e foi adquirido o terreno. Em 1926 foram concluídos os alicerces e, no ano seguinte, as paredes e os arcos das janelas; com dificuldades financeiras, a obra constantemente era interrompida. Em 1928 foi autorizada a demolição da antiga igreja para o aproveitamento do material e em 1930 foi autorizada a venda do terreno da antiga igreja para auxiliar na construção da nova. Até 1931, os paroquianos assistiam as missas na Capela São José, dos Irmãos Lassalistas. A primeira missa celebrada na nova igreja ocorreu na Páscoa de 1931, com a construção ainda em andamento. No ano seguinte, foi construída a sacristia e sete anos depois o reboco interno, a torre, a abóbada e o piso. Em 23 de junho de 1940, o arcebispo Dom João Becker veio benzer a igreja cuja obra estava então concluída. Em 1978, a igreja passou por uma reforma interna nos vitrais, arcos, ogivas, via-sacra e estátuas, com construção de nichos para os santos e bancos novos. Em 2010, iniciou-se a restauração da cobertura e do forro, obra concluída em 2013.

3.8 Villa Joana

A Villa Joana está localizada na área central da cidade, na Rua Guilherme Schell, nº 6228, constituída de um prédio de alvenaria, com três pavimentos, com construção de 1944, propriedade da família Würth (Figura 26).

O processo administrativo nº 62058/2010, cujo objeto é o tombamento do imóvel, é composto por ficha de identificação, certidão do registro de imóveis, justificativa para o tombamento, ofícios notificando o proprietário sobre o tombamento e decreto com o tombamento.

O prédio da Villa Joana foi tombado pelo Patrimônio Histórico Municipal em 01 de outubro de 2014, tendo como justificativa a preservação do prédio por seu valor histórico e cultural. A denominação de Villa Joana é uma homenagem Johanna Thomas Würth, esposa do professor Thiago Matheus Würth, educador que dedicou sua vida ao magistério, sobretudo

aos alunos de educação especial. Constam na justificativa de tombamento que Thiago Matheus Würth nasceu na Alemanha, em 1893 e residiu na Alemanha, França e Suíça antes de vir para o Brasil, em 1918, residindo inicialmente em Montenegro. Chegou em Canoas em 1927 e foi o primeiro morador a ocupar uma cadeira na Academia Riograndense de Letras.

Figura 26 – Villa Joana (2018)



Fonte: Registrada pela autora

No centenário de nascimento de Thiago Matheus Würth, em 1993, ocorreu o lançamento de sua biografia, publicada pelo Arquivo Histórico. O então prefeito Liberty Conter comentou na biografia que Thiago Matheus Würth “além de contribuir, com a educação especial em Canoas, especial também foi a participação como cidadão canoense, mesmo devotando sua vida à educação, sempre encontrou tempo para participar ativamente nos fatos que marcaram a história do nosso Município”.

Durante a Primeira Guerra Mundial prestou serviços pela Cruz Vermelha aos prisioneiros de guerra, operários e civis. Casou-se na Alemanha em 1917 e optou em residir no Brasil, onde o casal dedicou-se ao ensino particular de línguas em vários municípios do Rio Grande do Sul. Fundou o Instituto Pestalozzi em 1926, local onde eram realizados churrascos em prol da emancipação, já que Thiago participou da Comissão Pró-Melhoramentos, mas não exerceu função pública municipal. Dedicou-se ao magistério, realizando cursos e congressos na área da Pedagogia e Educação Especial (Figura 27), viajou

por todo o Brasil, América Latina e Europa, participando de seminários, congressos, simpósios nacionais e internacionais, trocava correspondências com diversos pedagogos e era amigo de Bovet, Piaget, Claparede, Heller, Hanselmann, Vitor Fontes, Montesano, Heuyer, Pinaud, Chazal, Lafon etc.

Figura 27 – Pestalozzi organiza um encontro mundial de ensino



Fonte: O TIMONEIRO (01/09/1993, p.15)

Thiago Matheus Würth, foi secretário político de Getúlio Vargas, participou da comissão de estudos para organização do Ministério do Trabalho, cooperou na organização da Sociedade Riograndense de Educação e da União dos Professores do Rio Grande do Sul, participou da organização do Sindicato dos Professores, participou e organizou os estudos e a criação de grupos escoteiros por determinação de Getúlio Vargas e foi vice-presidente Federação Riograndense de Escoteiros. Ministrou cursos na Aeronáutica, participou e acolheu flagelados das enchentes na sede do Instituto Pestalozzi, foi nomeado assistente técnico do Serviço Social de Menores do Rio Grande do Sul, foi membro da Comissão Nacional de Revisão do Código de Menores, participou de estudos e congressos na área de ortopedagogia no Brasil e no exterior.

Participou de congressos sobre penitencialismo, educação, infância e adolescência, educação especial, serviço social no Brasil, França, Genebra, Suíça, Zurich, Munique, Baviera, Hamburgo, Bruxelas, Roma etc. Foi membro em mais de 11 instituições de educação, etnologia, literatura, letras, assistencialismo entre outras. Foi titular da cadeira de Estudos Brasileiros da Universidade de Munique.

Condecorado com a Medalha de “Honra ao Mérito” do Instituto Histórico do Rio Grande do Sul, Medalha Rui Barbosa, Medalha Imperatriz Leopoldina, Cruz de Honra da Cruz Vermelha Bávara, Medalha de São Jorge (escotismo), Comenda da S. Ordem de São João de Jerusalém, de Constatiniana e da Ordem de Imaculada.

Colaborador durante anos dos jornais Correio do Povo, Jornal do Dia, Jornal da Manhã, Diário de Notícias, escreveu artigos no jornal O Globo, foi redator da revista I.L.A.L.E.S. da Livraria Selbach de Porto Alegre. Fez parte da primeira diretoria da Associação Beneficente de Canoas, mantenedora do Hospital Nossa Senhora das Graças de Canoas. Possui dez obras inéditas e mais de sessenta obras publicadas no Brasil e no exterior. Finalizo com as palavras de Gilberto Freyre: “Há no Brasil um grande entusiasta das boas causas sociais o Professor Tiago Würth, do Rio Grande do Sul. Um entusiasta que não falta capacidade de ação”. Thiago Matheus Würth faleceu em 1979.

4 A FORMAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE CANOAS

A partir dos tombamentos dos oito imóveis na área central da cidade de Canoas, toma forma a instituição de um centro histórico tombado e protegido pelo poder municipal. A Villa Mimosa, Casa dos Rosa, Villa Nenê, Casa dos Wittrock, Antiga Estação de Trem, Prefeitura, Igreja Matriz São Luiz Gonzaga e a Villa Joana passaram a ter destaque nas mídias e nos meios oficiais municipais, representando a história municipal, o desenvolvimento da cidade e contribuindo para a construção de uma memória e identidade local.

Neste capítulo será discutido como o patrimônio material pode ser utilizado por um grupo para representá-los e simbolizar a história municipal oficial.

4.1 O patrimônio material de Canoas como representação da história municipal

As reivindicações de preservação patrimonial em Canoas começaram a partir de 1985, quando um grupo de cidadãos canoenses, intelectuais, artistas, jornalistas, arquitetos e moradores da área central se preocuparam com o destino de alguns imóveis que estavam ameaçados de serem destruídos ou que estavam em situação de abandono. Neste mesmo período, coincide um processo de resgate da memória, onde o poder público municipal, através do Arquivo Histórico, a Fundação Cultural de Canoas e os jornais locais solicitam à população que doem documentos e fotografias para catalogação e preservação da história municipal. Podemos afirmar que a atitude de incluir os moradores no processo de resgate da memória desenvolve sentimentos de pertencimento e de identidade.

O cineasta e jornalista Antônio Jesus Pfeil publicou, em 1992 e 1995 “Canoas: anatomia de uma cidade”, obra em dois volumes: o primeiro volume inicia no século XIX com o povoamento e vai até 1930; o segundo volume vai de 1940 a 1960, distribuídos os capítulos por décadas. Registra a história do município através da fotografia, com textos explicativos, utilizando mapas, notícias de jornais, livros, documentos oficiais e documentos particulares doados pelos moradores ao arquivo histórico. Para Pfeil (1992), a história da cidade abrange o seu povo e as suas lembranças, e essa história é como um romance onde os personagens ganham representação, marcam o tempo e contribuem com a trama.

Um romance sobre Canoas, ilustrado com mapas e fotografias, é muito mais interessante que um objetivo meramente histórico, sendo assim prefiro me integrar entre as personagens e aguardar o que ainda me reserva a existência. O livro está aí, carregado de emoções – nem todas é obvio – e portador de uma expressiva contribuição à nossa memória. (PFEIL, 1992)

O ex-prefeito Hugo Simões Lagranha comenta, no livro de Pfeil (1992), sobre a importância de resgatar da história de Canoas:

Creio e afirmo que povo sem memória e sem tradição é um povo sem alma e sem passado. Não vivemos do passado, mas o cultuamos para trazer vivo na memória dos nossos descendentes aquilo que nossos ancestrais construíram. O que está se fazendo em Canoas para resgatar a história e memória da nossa cidade é o condimento intelectual que vamos legar às populações futuras e às descendentes das atuais. (PFEIL, 1992)

Segundo Catroga (2001), selecionamos o que desejamos preservar, logo a memória sobre o que queremos perpetuar é uma construção seletiva, nunca um mero registro; é uma representação a partir do presente e dentro da tensão tridimensional do tempo. O futuro é ligado ao passado, tendo uma narrativa coerente, em retrospectiva, doméstica ao aleatório, casual, como se não houvesse esquecimentos, produzindo imagens em que se misturam história e ficção. Um produto subjetivo que até confunde o real passado.

História que fermenta a partir do estudo dos "lugares" da memória coletiva. Lugares topográficos, como os arquivos, as bibliotecas e os museus; lugares monumentais como os cemitérios ou as arquiteturas; lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; lugares funcionais como os manuais, as autobiografias ou as associações: estes memoriais têm a sua história. Mas não podemos esquecer os verdadeiros lugares da história, aqueles onde se deve procurar, não a sua elaboração, não a produção, mas os criadores e os denominadores da memória coletiva: Estados, meios sociais e políticos, comunidades de experiências históricas ou de gerações, levadas a constituir os seus arquivos em função dos usos diferentes que fazem da memória. (LE GOFF, 1990)

De acordo com Pollak (1992), a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade de coerência de uma pessoa de um grupo em sua reconstrução de si.

Ulpiano Bezerra de Menezes (1984 apud TORINO, 2013, p.33) coloca que “a memória é um mecanismo de retenção de informação, conhecimento, experiência individual ou social, constituindo-se em um eixo de articulações que articula, categoriza os aspectos multiformes de realidade, dando-lhes lógica e inteligibilidade”.

Segundo Castells (1999), a identidade é um aprendizado processual e cultural de inter-relações e autoconstrução. Para Hall (1999), a identidade é construída por subjetividades e mudanças entre o eu e a sociedade. Para Torino (2013, p. 2) “a memória e a identidade se tornam capazes de gerar sentido, organização social e unificação de um grupo, mantendo-o

coeso e ancorado em referenciais simbólicos familiares a ele”. Portanto, a memória é utilizada para a preservação de um passado que sobrevive graças às lembranças e intenções de um grupo ou de uma sociedade no presente que procura nesse passado a representação desejada.

Percebemos nas justificativas dos tombamentos dos oito imóveis essa intenção de colocar os bens como símbolos representativos da cidade, associando esses lugares como responsáveis pelo desenvolvimento local, comercial, educacional e religioso. Relatam que tais imóveis fazem parte da memória do povo canoense, que as edificações são reconhecidas localmente por seu valor afetivo, histórico e arquitetônico. Segundo Halbwachs (2004 apud TORINO, 2013) não existe memória individual e sim coletiva, tudo que lembramos é determinado socialmente, fruto de uma construção da sociedade em que estamos inseridos. Entretanto, essa memória canoense dedicada a esses locais é uma construção do presente e de um grupo específico. Para Barroncas (2012, p. 125), “cada sociedade cria relações diversificadas de apropriação e uso desse passado. É por meio da recordação que muitas conexões de familiaridade são criadas no âmbito pessoal e coletivo”.

Segundo Catroga (2001), lembramos de acordo com as nossas necessidades e escolhemos o que lembrar e o que esquecer; a história de uma sociedade pode ser construída e reconstruída. A história de Canoas também está carregada de memória e de esquecimento: dos 30 imóveis que estão registrados no Inventário de Bens do Patrimônio Histórico e Cultural de Canoas em 1998, apenas 8 foram tombados pelo Patrimônio Histórico Municipal, entre 2009 e 2014. Três deles são públicos, o Prédio da Prefeitura, a Igreja Católica e a Antiga Estação de Trem, os demais cinco são residenciais estão associados à uma elite, já que os proprietários que os construíram participaram do processo de desenvolvimento local, emancipatório, foram políticos, médicos, professores; além disso, todos os oito imóveis estão localizados no centro da cidade.

Desde 1985, através de reportagens nos jornais locais, constatamos que a Fundação Cultural de Canoas promovia atividades culturais, sugerindo ao poder municipal que a Casa dos Rosa e Villa Mimosa formassem um complexo cultural junto a Antiga Estação de Trem, onde pudesse abrigar o arquivo, a biblioteca, o museu, com exposições de arte, dança, teatro para o desenvolvimento da cultura e a preservação de seus lugares de memória. Porém, o primeiro ato político do ex-prefeito Jairo Jorge da Silva (PT), em 2009, foi extinguir a Fundação Cultural de Canoas e as atividades promovidas foram encerradas.

Segundo Sousa:

Outra hipótese para a sua extinção, é de ordem das disputas de poder: talvez os novos gestores governamentais municipais não tenham dado prosseguimento aos projetos e ações culturais das gestões anteriores, que apoiaram as atividades da Fundação durante 25 anos. No que tange a extinção não houve nenhuma ação de consulta participativa junto à comunidade, visto que o decreto se deu na primeira semana do mandato do novo governo.

Hoje, as vésperas do final do oitavo ano de mandato do PT no município de Canoas, a sede da outrora Fundação Cultural segue fechada. Cabe lembrar que a Antiga Estação de trem, foi recebida em doação para uso exclusivamente cultural, assim o fechamento da Fundação, por ato de poder executivo municipal deu destino a coisa pública como se privada fosse, abalando os princípios norteadores da política cultural de preservação da memória, da arte-educação na formação cidadã. (SOUSA, 2016, p.38-39)

O tombamento dos imóveis denominados Casa dos Rosa e Villa Mimosa, transformou locais residenciais em equipamentos culturais, através de acordos entre a União e o Judiciário. Foram preservados os prédios e o seu entorno e a comunidade pode ter salvaguardado os seus locais de memória, concretizando o desejo de instalar o Museu Municipal na Casa dos Rosa e a Villa Mimosa ser a sede de diversas atividades culturais e artísticas. Isso vai de encontro ao que Nora (1993) concebe como “lugares de memória”:

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. [...] Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade. Daí o aspecto nostálgico desses empreendimentos de piedade, patéticos e glaciais. São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza: fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e de pertencimento de um grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos. Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso criar aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. (NORA, 1993, p.12-13)

Segundo Barroncas (2011), são os vivos os responsáveis por assegurar a continuidade da memória dos mortos no presente e no futuro. Torino (2013) afirma que a memória e a identidade se unem para construir uma trajetória, uma história e uma narrativa. A preocupação com a história de Canoas, nesse sentido, começou em 1964 quando foi publicado o primeiro livro, chamado “As origens de Canoas”, por João Palma da Silva e que foi reeditado em 1978 como “A pequena história de Canoas”. Percebemos pelos títulos e pela narrativa escolhida pelo autor, que o objetivo era relatar a história municipal com um enfoque para uma

determinada comunidade, seus heróis, os principais acontecimentos, os lugares e as figuras que participaram desses acontecimentos.

Marione Machado Leite, editora e diretora da Folha de Canoas e Ponto & Virgula, comentou no livro de Pfeil (1992) que foi durante o ano do Cinquentenário em 1989, que os editores da Folha de Canoas e o Jornal Radar, elaboraram dois cadernos de memória: “Os caminhos que levaram a emancipação” e “Canoas através da fotografia”. A partir dessas duas edições é que nasceu a ideia de se editar o livro do jornalista Antônio Jesus Pfeil: “Canoas anatomia de uma cidade”, que através de fotografias e diversos documentos registrou a história e o desenvolvimento da cidade, ainda com destaque para as principais figuras e famílias, acrescentando a essa história municipal os clubes esportivos e recreativos, os locais de divertimento e sociabilidade, relatou os problemas urbanísticos e como o poder político local enfrentava essas questões.

Na década de 1990 foi firmado um convênio entre a Prefeitura Municipal de Canoas e o Centro Universitário La Salle de Ensino Superior, instituindo o projeto “Canoas para lembrar quem somos”, realizados pelos professores universitários do Colégio La Salle Rejane Penna, Miguel Gayeski e Darnis Corbellini. O projeto iniciou em 1994, conforme relata Penna (1998), tendo como objetivo verificar como o cidadão canoense se identificava nos diversos processos que resultaram na atual forma política-econômica-social da cidade. Penna (1998) destaca a importância de pesquisa acadêmica em relação à história da cidade, devido à pouca publicação existente, limitada a alguns volumes escritos por antigos moradores preocupados em deixar registrada a história municipal.

Saballa (2005) indica que o objetivo do projeto “Canoas para lembrar quem somos” era valorizar e divulgar a trajetória de Canoas, tendo como meta pesquisar o legado cultural e o desenvolvimento das comunidades locais, divididas em bairros (17 bairros e 1 ilha). Com esse objetivo, partiram para o estudo nas fontes bibliográficas, documentais e iconográficas, além da pesquisa oral. A importância da história oral se justificou devido as lacunas existentes e permitiu descrever diversos pontos de vista.

Angeli (2015) considera que o projeto vem colaborando com a produção historiográfica e história local, produzindo obras para a comunidade, trata-se de um projeto pioneiro, movido pela ausência de pesquisas sobre os bairros urbanos, possibilitando registrar a história e a luta dos excluídos, dos pobres, daqueles que normalmente não são citados na história oficial.

Portanto, podemos dizer que temos três histórias municipais: a primeira, escrita por João Palma da Silva; a segunda através da fotografia por Pfeil e a última, através da história

oral pelo projeto “Canoas para lembrar que somos”. Todas essas publicações foram importantes no processo histórico municipal, mas não podemos deixar de mencionar que o acesso a essas informações se resume a escolas, biblioteca pública, ao meio acadêmico e um público restrito. Percebe-se que, em três períodos diferentes, se propôs registrar a história municipal para que não fosse perdida sua memória. Tal memória, para Nora (1993), é fundamental, pois:

O que nos chamamos de memória é, de fato, a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de nos lembrar. [...] À medida em que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi, como se esse dossiê cada vez mais prolifero devesse se tornar prova em não se sabe que tribunal da história. (NORA, 1993, p.15)

Os processos de tombamento dos oito imóveis e suas justificativas estão baseadas principalmente nas bibliografias de Palma, Pfeil e Penna. Nessas obras, são mencionados os imóveis que foram tombados recentemente, a história dos proprietários, sua importância local, relatado pelos escritores, pelos descendentes ou por outros moradores que os conheceram e conviveram com eles no mesmo período. Logo podemos afirmar, em conformidade com diversos teóricos do patrimônio e da memória, que o presente se apropriou do passado e construiu a história patrimonial de Canoas associada a esses oito imóveis. Para tornar tais patrimônios, justificaram que os imóveis (e seus donos originais) foram responsáveis pelo desenvolvimento local, comercial e cultural e que a preservação é um ato importante para que as gerações futuras rememorem acontecimentos e não percam os referenciais históricos. Inclusive deixa a entender que o tombamento teve também como objetivo o destaque do bem por seu valor afetivo, simbólico, representativo e como contributo para a construção de uma identidade.

[...] o patrimônio é parte integrante da construção do cidadão, desde o resgate de seus mitos de origem até a constante afirmação deste modelo na atualidade, tanto o conceito de patrimônio, quanto o que é considerado patrimônio são escritos, inventados e escolhidos novamente de acordo com o contexto histórico-social vigente. Para Canclini (1997, p.160), o patrimônio é o lugar onde melhor sobrevive hoje a ideologia dos setores oligárquicos. (MACHADO e ZANOTTO, 2015, p.125)

Em uma reportagem do Jornal O Timoneiro, de 12-18/03/1993, intitulada “Uma cidade recortada, à procura de si mesma”, é informado que Canoas pode ser considerada por

muitos como uma extensão de Porto Alegre e que é acusada de não ter jeito próprio de ser e viver. E faz uma crítica aos viajantes e aos moradores do centro, que parecem esquecer que por trás dos edifícios, dos estacionamentos e da Praça do Avião existem cerca de 80 loteamentos que o senso comum chama de bairros, núcleos urbanos importantes, cada qual com a sua realidade e um universo específico de valores. Ao mesmo tempo em que o jornal critica o centro, fortalece a ideia de ausência de identidade, relatando que a partir dessa edição serão apresentadas as condições que levaram Canoas a se transformar numa cidade sem rosto. Klauss Becker, historiador, entrevistado pelo jornal, dá a sua opinião sobre a ausência ou desinteresse dos canoenses nas atividades culturais: “cabe ao governo municipal promover a integração entre todos os ramos”. Para Pfeil, falta hábito cultural. Para o dono do circo Garcia, “falta trazer o canoense de volta para o município” e para editor da reportagem, “precisa despertar uma consciência de povo entre os moradores locais” (O TIMONEIRO, 12-18/03/1993, capa, p. 4, 16)

Nos jornais locais, nos pronunciamentos dos representantes públicos ou pelo senso comum, Canoas foi associada durante décadas como uma cidade dormitório, sem cultura, sem identidade, porque os seus moradores eram na sua grande maioria operários. Viegas (2012) contribuiu a essa discussão ao utilizar a história oral e desconstruir a visão de que a cidade de Canoas não tinha identidade. Através dos depoimentos dos moradores, ela afirma que esses eram sim operários, trabalhadores (i)migrantes, em busca de oportunidades, mas que criaram vínculos com a cidade. Nas horas vagas e de descanso, se divertiam indo ao cinema, bailes, clubes, futebol, reuniões entre amigos e entre familiares. De fato, eram poucos os locais de divertimento e lazer na cidade, mas estes eram frequentados pela população residente, embora nem sempre ocorria integração entre os bairros; os divertimentos muitas vezes eram restritos ao bairro e em alguns casos, os bairros próximos tinham algum contato.

[...] são memórias acerca das festividades, das associações de bairros e mesmo a respeito das tarefas do dia-a-dia, entre outras instâncias que escapam da dimensão do político e do oficial e, talvez por isso, tenham sido desconsideradas ao arguir-se os sentimentos do morador de Canoas para com a sua cidade. Dessa forma, a utilização de depoimentos orais permitiu uma contribuição no sentido de revelar algumas identidades daqueles usualmente tratados apenas como números em estatísticas. Uma hipótese para o estabelecimento dessas sensibilidades específicas é o fato de que a construção do espaço urbano de Canoas tenha ocorrido predominantemente desvinculada de qualquer interferência pública de Poder até meados da década de 1960. A cidade teve sua urbanização pautada, naquele momento, pela iniciativa de sociedades territoriais e imobiliárias. Tal característica fez com que o seu desenvolvimento urbano não tenha envolvido a produção de símbolos e de patrimônios coletivos o que, de certa forma, fomentou a

construção de sociabilidades muito mais junto aos bairros do que perante a cidade como um todo. Assim, notabilizou-se a formação de redes de contato e de sociabilidade étnica. (VIEGAS, 2012, p.21)

A partir da década de 1990 nos jornais locais, é debatido quais os caminhos para integrar a cidade, pois os moradores de Canoas não vão até o centro e não participam das atividades culturais. Podemos dizer, que na visão dos moradores do centro, intelectuais e jornalistas, isso se dá pela ausência de investimento do poder municipal, ausência de interesse e de cultura dos moradores. Podemos relatar, com base em diversos estudos teóricos sobre questões de memória, que não existe uma memória única, mas várias memórias coletivas, diferentes e excludentes; um grupo pode se legitimar e excluir outros, e até mesmo o poder municipal justifica o tombamento dos imóveis do centro para a construção de uma identidade, como se a cidade antes do tombamento não tivesse uma história, identidade ou memória. Percebe-se que o conceito de patrimônio cultural varia conforme o contexto econômico, político e social de cada cidade e sociedade, envolvendo disputas e embates, memória e esquecimentos.

Para Machado e Zanotto (2015), o patrimônio é o resultado de disputas ideológicas entre os diversos grupos sociais existentes nas sociedades. Em busca de legitimação, o grupo hegemônico e com resquícios de sua forte influência se sobressai sobre os de menor influência. Logo, o patrimônio cultural de Canoas também está atrelado a um caráter pedagógico, buscando fomentar uma consciência de grupo, criando laços afetivos com a comunidade e com o patrimônio cultural para assegurar a sua preservação e a identificação com o bem.

Martins (2015) analisa os múltiplos sentidos atribuídos aos patrimônios urbanos da cidade, particularmente, no processo de patrimonialização da Villa Mimosa, tendo como objetivo investigar as possíveis pedagogias culturais que as narrativas preservacionistas sobre a Villa Mimosa fizeram circular na cultura e a forma como se articulam com a construção de subjetividades e identidades.

As estratégias de representação: monumentalização, espetacularização e culturalização do patrimônio não aparecem de forma isolada nos artefatos culturais, mas ao contrário, se combinam e entrecruzam-se nas narrativas dos diferentes agentes sociais envolvidos no processo de tombamento da Villa Mimosa. (MARTINS, 2015)

Canclini (1994, apud MARTINS, 2015) afirma que a monumentalização é realizada pelo poder público, que detém o papel de preservar bens considerados “símbolos” e legitimar

o sistema político vigente, destacando o valor artístico e arquitetônico do bem cultural. Gonçalves (2002, apud MARTINS, 2015) completa que a monumentalização está associada a eventos históricos e a figuras ilustres. Através do parecer técnico sobre a Villa Mimosa, são percebidas essas associações; os moradores da residência tinham destaque político, social e religioso e participaram tanto da emancipação como da construção da nova igreja, da vinda do Instituto São José e de festividades. O parecer limita a memória dos canoenses a apenas alguns segmentos das elites sociais dominantes e às suas manifestações materiais.

Para Martins (2015) a espetacularização está presente na iluminação após o restauro, destacando a edificação. Para Vaz (2004, apud MARTINS, 2015), a transformação do local em um atrativo turístico, com eventos, festivais, espaços renovados, se torna matéria prima para o marketing urbano, anunciando a cultura e a cidade vitalizada, um espetáculo a ser consumido. Vaz (2004, apud MARTINS, 2015) afirma que a culturalização consiste no objetivo de desenvolvimento econômico local, como instrumento de revitalização urbano e Jacques (2003, apud MARTINS, 2015) aponta que dentro da lógica de consumo cultural urbano a cidade e a cultura possam “ser consideradas como mercadorias, manipuladas como imagens de marca”.

Para Graebin, Graeff e Graciano (2014), o processo de tombamento da Villa Mimosa expõem uma solução pacificada de conflitos em torno do que é preciso ser lembrado e esquecido por uma dada comunidade. Abordam inclusive, que a luta judicial tinha como foco o patrimônio ambiental e não a proteção do prédio histórico. O ato de tombamento da Villa Mimosa se deu em meio a disputas de vários grupos e favorável à transformação da edificação no primeiro local cultural tombado pelo município. É a essa memória em disputa que se refere Nora (1993):

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história é uma reconstrução do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confrontam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. (NORA, 1993, p.9)

Consta, no parecer histórico da Villa Nenê, que o objetivo da patrimonialização foi impedir os erros de outros tempos quando não existia uma visão conservacionista. A exploração imobiliária e o comércio clandestino de antiguidades não podem prevalecer numa sociedade culta e civilizada, pois os prejuízos são irre recuperáveis. Cumpre a atual e as futuras administrações do município conservar, preservar e criar mecanismos para que a especulação imobiliária seja dirigida para o bem do futuro, respeitando o passado e seus valores, legados que fizeram parte da história do município de Canoas, do contrário as próximas gerações correm o risco de não ter qualquer referencial histórico-cultural.

No entanto, passados 9 anos do tombamento da Villa Nenê, o prédio histórico segue abandonado, destruído pela ação do tempo e de incêndios; a restauração e o centro cultural prometido pela gestão de Jairo Jorge da Silva ficaram no papel, aguardando decisão judicial. Ainda convém lembrar que o Inventário dos Bens do Patrimônio Histórico e Cultural de 1998, segue desatualizado. Os demais 22 imóveis que não foram registrados no livro tombo, sofrem com a ação do tempo, com destruição total ou parcial, descaracterizados, alterados ou com outras construções no terreno, mostrando o desinteresse do poder público municipal em atualizar e preservar o patrimônio municipal.

Podemos afirmar que, os imóveis registrados no Inventário dos Bens do Patrimônio Histórico e Cultural de Canoas, enquanto pertencentes aos seus proprietários fundadores e sua deterioração era anunciada nos jornais, o poder público não teve interesse de tomar; somente foi realizado o tombamento após a venda de alguns desses imóveis para construtoras, quando então o município teve interesse em negociar e preservar alguns deles, como o prédio da Villa Mimosa e transformá-lo em um equipamento cultural. A análise que Martins (2015) fez sobre a patrimonialização da Villa Mimosa se encaixa perfeitamente nos demais imóveis residenciais das famílias Rosa, Silveira, Wittrock e Würth que foram tombados a partir do mesmo discurso.

Neste sentido, o processo de preservação patrimonial inventa e produz não apenas patrimônio, mas também um estilo de vida: “viver em uma cidade com cultura”, inventa também símbolos de grandeza e de sucesso para a cidade. Ao se tomar a Villa Mimosa, não apenas preserva-se um patrimônio, mas seleciona-se o estilo de vida que esse patrimônio representa, neste caso, a história de uma família de sucesso, uma visão de mundo, um sistema de valores e se oferecem posições de sujeitos bem-sucedidos para os canoenses – os homens da família Ludwig foram políticos, militares, médicos de sucesso. Trata-se, por tanto, da construção de um patrimônio local, de se “inventar” um patrimônio histórico para a cidade, algo que o cidadão pudesse se identificar e consumir. Neste sentido, a preservação da Villa Mimosa, além de produzir uma marca, uma imagem, um ícone para a cidade, ensinou, aos cidadãos locais, quais os patrimônios culturais urbanos

que merecem ser preservados na cidade, assim como os que podem ser relegados ao esquecimento. (MARTINS, 2015)

Não se propõe aqui menosprezar ou desmerecer os tombamentos, pois o patrimônio cultural é uma construção social e histórica e tais imóveis e proprietários fizeram parte da história local e contribuíram para desenvolvimento da cidade, mas afirmar que, no que tange aos aspectos que culminaram na patrimonialização dos imóveis em Canoas, eles se deram por atos políticos e privilegiando segmentos de destaque na sociedade.

Ainda assim, os tombamentos possibilitaram que aos canoenses tivessem alguns de seus locais de memória preservados e terem espaços culturais onde podem desenvolver atividades culturais. Porém, é preciso destacar que o conceito de patrimônio pode ser ampliado para outros segmentos e proporcionar inclusão social para que todos os cidadãos possam se sentir representados nessa história oficial. Em outras cidades brasileiras União, Estados e municípios vem trabalhando em políticas públicas de reconhecimento de locais mais abrangentes, tais como praças, parques, bibliotecas, cafés, bares, mercados, farmácias, confeitarias, escolas, colégios, igrejas, quilombos, centros de religião de matriz africana e etc. para que esses espaços possam criar laços afetivos com a comunidade, gerando conhecimento e consciência de que a preservação desses patrimônios culturais se dá em função de uma identificação e pertencimento.

A relação entre a comunidade e o patrimônio cultural de Canoas é muito recente; a Villa Mimosa, a Casa dos Rosas e a Antiga Estação de Trem, por exemplo, foram tombados, restaurados e entregues a comunidade como equipamentos culturais somente em 2012 e 2016. Cabe ao poder público promover, em conjunto com instituições de ensino e organizações da sociedade civil, a questão da educação patrimonial junto à comunidade, para que a população tenha acesso à importância da preservação e que esses locais sejam percebidos como importantes espaços de trocas culturais e desenvolvimento da cidadania, aproximando os cidadãos e proporcionando reflexão sobre a história e desenvolvimento da cidade. A difusão sobre a história dos lugares de memória, sua importância social e a compreensão sobre o que significa patrimônio e memória, valoriza e viabiliza a preservação e sentimento de pertencimento, estabelecendo uma ligação entre o passado e o presente através do resgate da memória social, via educação patrimonial. Podemos constatar que Canoas é uma cidade plural e complexa, seu patrimônio é passível de múltiplos olhares e significados, possibilitando elencar outras referências para o já existente patrimônio material, integrando seus moradores, seus bairros e suas referências à história municipal.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A globalização e as transformações em nossa sociedade modificam o meio ambiente em que estamos inseridos, logo a forma como a sociedade se organiza em suas cidades envolvem escolhas que impactam o espaço em que vivemos. O processo de industrialização e urbanização transformou Canoas, de estação de veraneio em uma cidade urbanizada e reconhecida economicamente. A proximidade com a capital impulsionou a venda de terrenos para famílias (i)migrantes que tinham Porto Alegre como destino de trabalho. Porém, o crescimento populacional da cidade e sem planejamento urbanístico, sérios problemas se estenderam ao longo das décadas, exigindo intervenção do poder público municipal. A atenção para a preservação do patrimônio material de Canoas ocorreu somente no final da década de 1980, onde novamente a comunidade reivindicava, não apenas água, luz e asfalto, mas os seus lugares de memória. Esta pesquisa objetivou analisar e discutir como o patrimônio material de Canoas foi associado como representação da história municipal. Buscou, numa reconstrução histórico-cultural, apresentar as áreas que foram tombadas pelo Patrimônio Histórico Municipal por sua importância histórica, cultural e memorial.

O patrimônio material e a memória apresentam uma relação significativa para a sociedade. A proteção do patrimônio material de Canoas visa a preservação e a garantia de referenciais históricos temporais aos canoenses, construindo uma identidade cultural na cidade. Podemos afirmar que a conservação do patrimônio compreende os espaços que herdamos e vivemos, que contribuíram e contribuem para a cidadania, para a formação da identidade e sobretudo para uma memória social ligando o passado ao presente. Dessa forma, torna-se importante identificar e conservar áreas que remetem a um tempo que, apesar de próximo, é desconhecido da maioria dos canoenses, a Canoas Veraneio e Canoas Cultural. A partir dessa análise, entendemos que o patrimônio cultural é uma construção histórica e cultural da sociedade ou de diferentes grupos que escolhem o que se devem preservar e o que pode ser esquecido.

A cidade de Canoas dispõe de legislação que protege o patrimônio material. No entanto, precisa avançar em ações práticas, tais como atualização do Inventário dos Bens do Patrimônio Histórico e Cultural de Canoas de 1998 e um novo levantamento das áreas possíveis de se tornarem patrimônio material tombado. Propõe-se, nessa nova perspectiva, um olhar mais voltado para a comunidade e não apenas para as edificações do início do século XX na área nobre da cidade. Ampliar os lugares de memória para lugares mais significativos para a população contribuirá na identificação dos canoenses com a memória social da cidade.

Além disso, incluir lugares do cotidiano das pessoas é mais significativo, especialmente para a questão de pertencimento e de cidadania. Dessa forma, os espaços sociais de grande circulação da maioria da população contribuem para a valorização da cidade e o seu patrimônio em geral. Preserva-se o que se tem apreço, carinho e significado. Logo, o que for distante do contexto da maioria da população dificilmente fará com que ela se sinta representada e queira criar laços afetivos e identitários.

A associação da comunidade com o seu patrimônio material, imaterial e natural num contexto ampliado, contribuirá para preservação e conservação da cidade, permitindo uma melhor qualidade de vida e permitindo uma construção identitária mais igualitária. Agindo assim, se propõe despertar o desejo da comunidade em conhecer e participar do processo cultural da cidade. A preservação do patrimônio material é uma oportunidade de envolver a sociedade a conhecer a si mesma através do reconhecimento desses espaços significativos.

A educação patrimonial é fundamental para envolver os canoenses no despertar da consciência e do apreço aos bens culturais. Cabe ao poder público municipal, em conjunto com escolas e organizações civis, promover e incentivar o conhecimento sobre o que é patrimônio cultural e a sua importância, conciliando a dinâmica urbana e econômica vigente com a proteção do patrimônio histórico. Implantar projetos voltados para atividades de interesse da comunidade, como oficinas, cursos, concursos, visitas guiadas, festivais, desenvolver atividades em conjunto com a escola e a família, ampliar o uso do museu para atividades além de exposições de artes, transformando os espaços culturais em locais atrativos e dinâmicos, para que assim esses locais tombados que são centros culturais sejam representativos para toda a comunidade. Esta monografia sugere que o poder público municipal busque compreender a complexidade social, política e cultural da cidade, reconhecendo a diversidade e estabelecendo ampliação dos lugares de memória para a integração dos canoenses na história oficial municipal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGELI, Douglas Souza. Existir e morar na cidade: vinte anos do projeto Canoas para lembrar quem somos. La Salle: **Revista Mauseion**, Canoas, n.21, p-109-122, ago. 2015.

ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE CANOAS. **Hugo Simões Lagranha**. História dos nossos prefeitos. Canoas: SMEC, v.8, 2009.

BARRONCAS, Ramon. A memória, o esquecimento e o compromisso do historiador. **Em tempo de histórias**: PPGH Universidade de Brasília, n.21, ago./dez. 2012.

BRITTO, Marcelo Famil. **Análise do perfil socioeconômico do município de Canoas-RS**. Monografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CATROGA, Fernando. **Memória e História**. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

FARIA, Octavio Augusto de. **Diccionario Geographico do Rio Grande do Sul**. Pelotas: Typ. a vapor do Diário Popular, 1907.

_____. **Diccionario Geographico, Historico e Estatístico do Rio Grande do Sul. II edição**. Porto Alegre e Santa Maria: Livraria do Globo, 1914.

FORTES, João Borges. **Troncos Seculares: O povoamento do Rio Grande do Sul**. 2 ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1998.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE CANOAS. **Edgar Braga da Fontoura**. História de nossos prefeitos. Canoas: SMEC, v.1, 1998.

_____. **Aloizio Palmeiro Escobar**. História dos nossos prefeitos. Canoas: SMEC, v.2, 1999.

_____. **Hugo Simões Lagranha**. História dos nossos prefeitos. Canoas: SMEC, v.7, 2006.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios**. Rio de Janeiro: Garamond Ltda, 2007.

GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes; GRAEFF, Lucas; GRACIANO, Sandra Simone. De residência da família Ludwig à casa das artes: trajetória do primeiro patrimônio tombado de Canoas(RS). **Revista Memória em Rede**: Pelotas, v.4, n.10, jan./jun.2014

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad.: Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

KÜHN, Fábio. **Breve história do Rio Grande do Sul**. 2 ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: UNICAMP, 1990.

LEMOS, Carlos A.C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense S.A., 1981.

MACHADO, Ironita A. P.; ZANOTTO, Gizele. **Momento Patrimônio**. Erechim: Graffoluz, v. 3, 2015.

MARTINS, Márcia Elizabeth. **A invenção do patrimônio cultural Villa Mimosa, Canoas/RS: representações e pedagogias culturais**. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Luterana do Brasil, Canoas, 2014.

_____. Representações e pedagogias culturais do patrimônio cultural urbano de Canoas/RS: o caso Villa Mimosa. **Anais VI SBECE e III SIECE**. Canoas: PPGEDU, 2015. Disponível em: <http://www.sbece.com.br/2015/resources/anais/3/1430184934_ARQUIVO_ArtigoSbece2015-textocompleto.pdf> Acesso em: 20/08/2017.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, p. 7-28, 1993.

OLIVEIRA, Miriam Kinczel de. **Simplemente Lagranha**. 1 ed. Porto Alegre: Evangraf, 2002.

PENNA, Rejane Silva (coord.). **Centro**. 1. ed., rev. Canoas: La Salle, 1996. (Canoas: para lembrar quem somos, 3)

_____. Lembro; logo, existo: descobrindo a cidade e a História Oral. La Salle: **Revista de Educação, Ciência e Cultura**, Canoas, v.3, n.1, p. 65-76, mar. 1998.

PEREIRA, Ivonete. **Conhecendo Canoas da estância à urbanização**. 9 ed. Porto Alegre: Calábria, 2013.

PFEIL, Antonio Jesus. **Canoas: anatomia de uma cidade I**. Canoas: Ponto & Vírgula, 1992.

_____. **Canoas: anatomia de uma cidade II**. Canoas: Ponto & Vírgula, 1995.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

_____. Memória e identidade social. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

RAMBO, Arthur B. (tradutor). **Cem Anos de Germanidade no Rio Grande do Sul (1824-1924)**. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 1999.

SABALLA, Viviane Adriana. Canoas para lembrar quem somos: bairro Nossa Senhora das Graças. **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História**. Londrina: ANPUH-PR, 2005.

SCHOSSLER, Joana Carolina. **As nossas praias: os primórdios da vilegiatura marítima no Rio Grande do Sul (1900 - 1950)**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, PUCRS, 2010.

SILVA, João Palma da. **Pequena História de Canoas - cronologia**. Canoas: Secretaria Municipal de Educação e Saúde, 1978.

_____. **As origens de Canoas: conquista, povoamento, evolução.** 1. ed. Canoas: La Salle, 1964.

SILVEIRA, Éder da S.; RAMOS, Eloisa H. C. da L. A produção do conhecimento histórico sobre memória e patrimônio: algumas considerações sobre o uso das fontes e notas preliminares para o professor/historiador em formação. In: NASCIMENTO, José Antonio Moraes do (Org.). **Centros de documentação e arquivos: acervos, experiências e formação.** São Leopoldo: Oikos, 2017, p. 13 a 28.

SOUSA, Miriane Steiner de. Fundação cultural de Canoas cultura, memória e poder. La Salle: **Revista Memória e Linguagens Culturais**, Canoas, v. 5, n. 10, p.36-40, 2016.

SPALDING, Walter. **Construtores do Rio Grande.** Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 1969.

_____. **Construtores do Rio Grande.** Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 1973.

TEJO, Limeira. **Município de Canoas.** Porto Alegre: Departamento Estadual de Economia e Estatística, 1939.

TORINO, Isabel Halfen da Costa. A memória social e a construção da identidade cultural: diálogos na contemporaneidade. **Contribuciones a las Ciencias Sociales.** Dez. 2013. Disponível em: < www.eumed.net/rev/cccss/26/memoria-social.html> Acesso em: 04/06/2018.

VERISSIMO, Erico. **Um lugar ao sol.** 32. ed. Porto Alegre: Globo, 1997.

VIEGAS, Danielle H. **Entre o(s) passado(s) e o(s) futuro(s) da cidade:** Um estudo sobre a urbanização de Canoas/RS (1929-1959). 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

_____. Transformando territórios urbanos, construindo territórios de existência: sensibilidades metropolitanas no processo de urbanização da cidade de Canoas/RS. **Revista Latino-Americana de História.** v.1, n.2, p.10-23, fev. 2012.

WEIDERSPAHN, Henrique Oscar. **A colonização açoriana no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: EST, 1978.